



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 28 - Nº 527 - DE 4 A 18 DE SETEMBRO DE 2016 - R\$ 4,00

Senado conclui o golpe de Estado

Abaixo o governo Temer! Por um governo operário e camponês!

**Organizar a luta a partir das fábricas, locais de trabalho e moradia.
Por um movimento nacional, regional e local em defesa dos empregos, salários,
direitos trabalhistas/previdenciários e em defesa da terra aos camponeses**

BOLÍVIA:

Por que acabou a lua-de-mel entre governo e cooperativistas mineiros?

**Porque a política “antiimperialista”
do governo consiste em entregar
todas as reservas de minérios às
empresas multinacionais e viver
da renda do saque imperialista.**

MASAS

No. 2460
26-08-16
Precio Bs. 1

P.O.R.

Sección boliviana del CERCI
Órgano central del Partido Obrero Revolucionario, sección del Comité por la Reconstrucción de la IVI



E agora? Como enfrentar o governo usurpador?

Ficou claríssimo que o golpe triunfou porque a classe operária e a maioria oprimida não se dispuseram a defender o governo burguês de Dilma Rousseff. As manifestações promovidas pela Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo se restringiram à base de apoio do PT e do governo. De forma que não puderam expressar o grosso dos explorados. A resistência esteve adaptada a convencer os parlamentares de que não havia crime de responsabilidade e que se tratava de conservar a democracia. Sem estar sob a política revolucionária do proletariado, não teve como responder à disputa interburguesa com as reivindicações dos explorados e com a estratégia própria de poder que se sintetiza na bandeira de governo operário e camponês.

A conclusão do golpe institucional, com a votação do Senado, pôs fim a qualquer dúvida de que a resistência ao golpe esteve condicionada à decisão do Congresso Nacional. A frente burguesa que protagonizou o processo do impeachment derrotou o PT e o que restou de sua aliança partidária. A natureza da derrota é de fundo parlamentar. O Congresso Nacional decidiu pela derrubada do governo eleito em outubro de 2014. Os defensores do impeachment constituíram uma maioria e impuseram a farsa do crime de responsabilidade fiscal. O parlamento alicerçou sua maioria no Supremo Tribunal Federal. Para isolar Dilma Rousseff e o PT, a imprensa monopolista, apoiada na Operação Lava Jato, desenvolveu uma gigantesca campanha de defenestração dos petistas.

De um lado, as direções sindicais que seguiram a linha do PT de resistência parlamentar se negaram a combater no terreno da luta de classes. De outro, aquelas que seguiram os golpistas colocaram os sindicatos a serviço da burguesia. A divisão sindical expressou a divisão interburguesa em torno do poder do Estado. Pôs à luz do dia a estatização dos sindicatos e centrais. A ausência da independência política das organizações operárias impossibilitou a organização de um movimento nacional de resistência ao golpe, baseado no programa de reivindicações e estratégia própria dos explorados.

O conteúdo da tática de resistência parlamentar ao impeachment foi o de defender a democracia burguesa e o de preservar o mandato de Dilma Rousseff como objetivos finais. As direções sindicais e dos movimentos arcaram com a derrota parlamentar do governo, uma vez que estiveram sob a estratégia da disputa interburguesa. As esquerdas que se alinharam à Frente Brasil Popular e à Frente Povo Sem Medo se encontraram na mesma situação. Revelaram sua debilidade programática e teórica.

E agora, como enfrentar o governo golpista? No fundo permanecem duas linhas a seguir: a que estabelece como

objetivo final a democracia e a que defende no seio do movimento a estratégia própria de poder – a luta pelo governo operário e camponês. A bandeira de oposição ao governo golpista e de eleições diretas, aventada por Dilma Rousseff, sintetiza o sentido estratégico da democracia como objetivo final. Sob sua guarda, estarão condicionadas as demais variantes que pressupõem um movimento em torno do “Fora Temer e eleições gerais”.

Qual é a possibilidade de se pôr em pé um poderoso movimento democrático pela derrubada do governo golpista e pela convocação de eleições? Parece-nos que é mínima. O conteúdo de classe de tal movimento é burguês. Depende não apenas do PT, mas da constituição de uma aliança com alguns dos mais poderosos partidos da burguesia, que no momento estão fechados com o governo. A destituição de Temer por meio de um movimento democrático burguês corresponde à estratégia da democracia como objetivo final e da tática da luta parlamentar que como tal é determinante. Nestas condições, a bandeira de “Fora Temer e Eleições Gerais”, que inclui como meio um plebiscito por eleições gerais, servirá para desviar a atenção dos explorados das

suas reais necessidades e canalizar sua revolta para bandeiras burguesas, aparentemente democráticas. Possivelmente, se esgotará com o término das eleições municipais. Não por acaso, há quem levante a bandeira de: Vote em nosso candidato contra o golpe.

É preciso que a vanguarda rechace e combata essa via. A tarefa imediata que se coloca

não é derrubar o governo golpista. Isso porque não há condições materiais e políticas. A bandeira de “Abaixo o governo golpista de Temer” serve à propaganda revolucionária em situações bem determinadas, como no presente momento. A tarefa colocada é a de preparar as condições para derrubar o governo usurpador. A nova situação política exige a organização de um movimento nacional, regional e local em defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas/previdenciários e em defesa da terra aos camponeses. Um movimento independente de todas as variantes da política burguesa, entre elas a do reformismo. Um dos pontos cruciais do combate ao governo golpista se sintetiza na bandeira de “Não Pagamento da Dívida Pública!” “Não pagaremos o parasitismo financeiro com nossos empregos e salários!”

Sem dúvida, essa via independente e revolucionária está em contraposição ao que já anunciaram os partidários de Dilma Rousseff, o PT e o seu séquito de esquerda. O Partido Operário Revolucionário se coloca pela unidade operária e camponesa para combater o governo burguês de Temer, o capitalismo putrefato e a barbárie social.



Declaração do Partido Operário Revolucionário

Senado concluiu o golpe. Abaixo o governo golpista de Temer!

A classe operária, os camponeses, a classe média arruinada e a juventude oprimida devem condenar a derrubada do governo de Dilma Rousseff e se colocar imediatamente em luta contra o governo golpista de Temer.

O destino do governo do PT foi selado no dia 2 de dezembro quando Eduardo Cunha encaminhou o pedido de impeachment. As forças burguesas já haviam se definido pela derrubada do governo petista. Do questionamento imediato de sua vitória eleitoral de outubro de 2014, pelo candidato Aécio Neves, do PSDB, se chegou à viabilização da abertura de um “processo constitucional” que abrigaria o golpe de Estado. Foram necessários a disposição do grande empresariado, o apoio ativo da classe média rica, a ruptura do PMDB com o governo, o consentimento do imperialismo e a convicção da burguesia de que a classe operária não sairia em socorro de Dilma Rousseff. Essas condições se gestaram de acordo com o avanço da recessão, do agigantamento da dívida pública, do desequilíbrio fiscal, da volta das demissões em massa e da incapacidade do governo de levar adiante o Plano Levy de ajuste fiscal das contas da União.

Entre todos esses fatores, pesaram decisivamente a avaliação dos golpistas de que o PT e seus aliados não teriam capacidade para resistir com uma grande mobilização nacional, tendo à frente a classe operária, e a certeza absoluta de que, por estarem profundamente comprometidos com o Estado, não iriam rechaçar o processo legal. A confirmação desses dois aspectos sociais e políticos deram segurança às forças golpistas e permitiram que pavimentassem a “legalidade” do golpe. Foi muito importante para o prosseguimento da farsa constitucional o fato dos governistas se aterem à defesa da democracia abstrata, mas o peso fundamental deve ser atribuído à indisposição da classe operária em sair em luta para quebrar a espinha dorsal da conspiração golpista.

É preciso assinalar que não houve um gesto sequer dos petistas e de seu braço sindical em organizar uma greve política. As manifestações de rua se restringiram a uma limitada base de apoio, parte dela vinculada aos movimentos corporativos. Assemelharam-se mais a comícios eleitorais do que a instrumentos de combate. As necessidades mais prementes e as reivindicações dos explorados não estiveram presentes; e não poderiam estar, uma vez que a própria Dilma definiu como política econômica o ajuste fiscal ditado pelo grande capital, por um lado. E a burocracia sindical, profundamente mergulhada na conciliação de classes, por outro.

Sem uma ampla mobilização da classe operária, a frente golpista sentiu que o terreno estava firme para prosseguir pacientemente e lentamente o processo legislativo do impeachment. O PT também já não tinha como contar com um importante setor da classe capitalista. Em outras palavras, já não tinha a seu favor uma divisão na burguesia. Nem mesmo o agronegócio, que tanto subsídio recebeu do Plano Safra, ouviu os apelos da ministra Kátia Abreu. Sem poder se apoiar nas massas ou em uma fração burguesa, o governo petista foi suspenso do solo e somente lhe restou aguardar o “juízo final”, como estampou em sua capa o mais aguerrido jornal golpista “O Estado de São Paulo”.

A posição de Dilma Rousseff e do PT foi a de respeitar o chamado “devido processo legal”. Sabiam perfeitamente que não se tratava de um julgamento sobre o “crime de responsabilidade fiscal”, mas de

uma decisão política da burguesia e da maioria de seus partidos de trocar de governo sem ser pela via eleitoral. Os governistas travaram uma defesa épica, apaixonada, no Congresso Nacional, sob a tese de que em não havendo crime de responsabilidade a aprovação do impeachment configuraria um golpe institucional. Não faltaram momentos de ilusão quanto à possibilidade de convencer os parlamentares a não confirmarem o impeachment.

As manifestações da Frente Brasil Popular estiveram voltadas a pressionar os parlamentares que já estavam solidamente perfilados em torno da derrubada do governo. O caráter totalmente pacífico e legalista que deu forma e conteúdo à resistência anti-impeachment marcou a debilidade dos governistas e demonstrou sua inteira disposição em acatar o caminho traçado pelos golpistas. Não era possível barrar o impeachment no campo parlamentar, próprio da política burguesa. A bandeira de defesa da democracia estabeleceu o limite da resistência, marcada aqui e ali, em poucos momentos, por ações radicais de bloqueios de avenidas, protagonizadas pela ala mais à esquerda da Frente Brasil Popular, mais precisamente por ações da Frente Povo Sem Medo, MTST e PSOL. Por estarem desvinculadas da classe operária, ficaram isoladas. Distintamente, se projetariam se estivessem alicerçadas na luta das massas por suas reivindicações, sob as bandeiras próprias e com os métodos da luta de classes.

A subordinação à estratégia do PT de conservar seu governo pela demonstração legal de que não houve crime de responsabilidade fiscal impossibilitou que se constituísse um movimento de independência política. Uma vez que a burocracia que dirige a CUT não voltou seus esforços a organizar um movimento nacional que criasse as condições para a greve política contra o golpe, os bloqueios não proliferaram a partir das fábricas e dos bairros operários. Essa era a via para derrotar o golpe. Repetimos o que dissemos insistentemente em nossa campanha: o golpe se deveu não porque se montou uma farsa jurídica e política, mas porque o impeachment é um instrumento autoritário que se contrapõe ao princípio democrático de quem elegeu é que pode destituir o eleito. A farsa jurídica foi consequência do rompimento da frente burguesa que sustentava Dilma Rousseff no poder. O reconhecimento do PT e aliados de que o impeachment é um instrumento da democracia, bastando apenas que se comprovasse o crime que viole a ordem constitucional, acabou submetido à farsa que, com tanta veemência, foi denunciada na sessão de 31 de agosto do Senado, que formalizou o golpe de 2 de dezembro e 17 de abril.

A frente de apoio a Dilma, assim, não teve como defender no seio das massas a bandeira democrática de “Abaixo o Golpe! Somente quem elegeu pode destituir!”. O movimento operário não pôde se colocar por um “Tribunal Popular” para investigar e punir os crimes da burguesia. Não contou para isso com uma política e organização independentes do Estado. De forma que não havia como desmascarar a farsa jurídica e o processo legislativo do impeachment. Não havia como revelar as

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

reais causas econômicas e sociais que impulsionaram os partidos hegemônicos (PMDB, PSDB e DEM) a derrubarem Dilma Rousseff.

Com o aparato do Estado sob seu controle e com a imprensa monopolista atuando diariamente em favor do impeachment, os golpistas puderam evocar a legalidade do processo, a necessidade da Nação e a defesa da própria democracia. Se o instrumento da interrupção do mandato da presidente era constitucional, a questão do crime de responsabilidade seria decidida pelo juízo dos parlamentares, que, por sua vez, estariam sob as prescrições do rito legal determinadas pelo Supremo Tribunal Federal. Os poderes do Estado, de conjunto, se alinharam em torno do impeachment. Não havia como Dilma salvar seu mandato no interior dessa armadura institucional. O golpe foi gestado nas entranhas da democracia, concretamente, dos três poderes. O PMDB se encarregou de potenciá-lo de dentro do poder Executivo. As conspirações e traições da oposição somente poderiam prosperar com a participação da base aliada. O peso decisivo do Supremo Tribunal Federal, do Ministério Público, da Justiça e Polícia Federal se deu por intermédio da Operação Lava Jato, que centralizou no PT as investigações e vazamentos seletivos das delações premiadas. Sua função primordial foi a de desmoralizar o governo petista diante da população. As evidentes violações ao ordenamento jurídico e os abusos de poder foram justificados como parte da democracia. A denúncia de golpe de Estado incomodou seus protagonistas, mas estavam bem resguardados pela constitucionalidade.

As massas somente poderiam identificar a violação pela burguesia da própria democracia burguesa caso o PT e seus aliados rechassem o impeachment e defendessem o princípio da revogabilidade do mandato que tem por conteúdo geral a premissa de que somente quem elegeu pode destituir o presidente eleito. Mas não poderia assumir essa posição, uma vez que o PT sempre defendeu o impeachment e chegou a evocá-lo mais de uma vez. Não apenas por esse motivo, mas principalmente porque, como governo burguês e como integrante orgânico do parlamento, deve prestar contas à Constituição. A acusação de que a decisão do Senado significou “rasgar a Constituição” é puramente retórica. Amanhã, o PT continuará sua vida política sob a mesma Constituição. O mais importante do embate em torno da democracia é que o impeachment expôs abertamente seu caráter oligárquico, próprio das democracias de países semicoloniais.

O que não se evidenciou – ou melhor, se ocultou – é que a democracia burguesa é expressão política da ditadura de classe da minoria exploradora sobre a classe operária e a maioria oprimida. É o poder capitalista, em última instância, que levou a maioria dos partidos e as diversas instituições a decidirem pela derrubada do governo, portanto, a passarem por cima da maioria dos brasileiros que elegeu Dilma Rousseff. A defesa estratégica da democracia pelo PT e pelas forças que o acompanharam resultou no fundo na defesa da ditadura de classe da burguesia. O que é compreensível, uma vez que a exerceu como governo. Há que reconhecer também que resultou na defesa da democracia oligárquica, ainda que assim não se pronunciasse. A mesma defesa, portanto, que fizeram os golpistas, por outras razões e meios políticos. Se esse manto não for devidamente levantado, não se entende por que prosperou o impeachment e por que o PT foi incapaz de enfrentá-lo no terreno da luta de classes, ou seja, da luta da classe operária e da maioria oprimida.

A derrocada do governo Dilma e o descenso do PT devem ser compreendidos em uma escala maior que a dos fatos recentes. Trata-se do impasse a que chegou a política de conciliação de classes assentada nos sindicatos e movimentos. Lembremos que o primeiro mandato de Lula foi de crise. Também se aventou a abertura do impeachment.

O processo do “mensalão” somente não teve maiores consequências para a governabilidade porque a situação econômica não exigiu uma ação mais enérgica da oposição burguesa e dos partidos da aliança governamental. O seu segundo mandato pareceu de glória, até que irrompeu a crise mundial. O segredo do lulismo foi o de servir aos interesses de algumas das frações capitalistas, principalmente da grande indústria e do agronegócio, e impulsionar as medidas assistenciais e “de inclusão social”. A crise alterou profundamente o equilíbrio econômico e financeiro. O que pôs em primeiro plano a explosão da dívida pública e a necessidade de pagar o gigantesco montante de juros. O governo de Dilma se viu diante da recessão, das quebras e das demissões em massa. Sua eleição para um segundo mandato contrariou frontalmente as frações mais poderosas da burguesia, principalmente do capital financeiro nacional e internacional. Não podia, portanto, governar. Esse processo demonstra a justeza de nossa tese sobre a impossibilidade de reformar o capitalismo e atender às necessidades mais elementares dos explorados. O PT se deparou com os interesses da burguesia decadente e afundou. Não lhe era possível enfrentar as tarefas democráticas estruturais do país semicolonial, entre elas a independência nacional, a reforma agrária, a solução dos desequilíbrios regionais e a erradicação da miséria.

A política de conciliação de classes serviu à burguesia até o momento em que a crise econômica exigiu medidas mais violentas e abrangentes de ataque à vida das massas. Chegou a hora de retroceder o pouco que o PT fez quanto ao assistencialismo e à “inclusão social”. O processo de impeachment, porém, não alterou substancialmente a política de conciliação de classes. Espera-se que se a mantenha sob o governo golpista de Temer. Sinais foram dados nesse sentido. Os petistas ajudaram a eleger o golpista Rodrigo Maia para a presidência da Câmara Federal. Não combateram a prorrogação da DRU. O sindicato metalúrgico do ABC se socorreu do ministro do Trabalho diante das demissões nas montadoras do ABC. À burguesia, não faz mal algum a demagogia petista de “nenhum direito a menos”. O golpe institucionalmente se encerra no dia de hoje, a pergunta que se faz é qual será a conduta do PT e da burocracia sindical. Dilma prometeu oposição radical e sem trégua. No calor do último suspiro, os ex-governistas procuraram elevar o tom verbal. Mas o que se tem de concreto é o gesto do sindicato metalúrgico de procurar um canal de negociação com o governo de Temer. Tudo indica que o golpe levará apenas a uma mudança na forma da política de conciliação de classes.

Os explorados assistiram passivamente à posse de Michel Temer. Mas agravaram suas condições de existência. As demissões coletivas, o crescimento do desemprego, o impulso ao trabalho informal, a alta do custo de vida e o recrudescimento da pobreza levarão a classe operária, os camponeses pobres e a pequena-burguesia oprimida a se chocarem com as medidas governamentais. A manifestação da juventude em São Paulo e a brutal repressão marcaram a votação final do impeachment. Trata-se de trabalhar para que a classe operária tome a iniciativa política para enfrentar o governo de Temer, PMDB, PSDB, DEM e da nova aliança partidária. Será a partir de suas reivindicações que os explorados se colocarão contra as reformas antinacionais e antipopulares.

É dever da vanguarda e das camadas mais avançadas dos oprimidos se colocarem sob a bandeira do governo operário e camponês. Nossa luta é para pôr abaixo o governo usurpador pelos métodos revolucionários da classe operária. Em defesa da vida das massas, em defesa dos empregos e dos salários, em defesa dos direitos trabalhistas e previdenciários, em defesa da revolução proletária - Abaixo o governo golpista de Temer!

31 de agosto de 2016

Grito dos excluídos

É preciso uma poderosa unidade dos explorados para enfrentar os ataques de Temer

Não há dúvida de que a derrubada de Dilma Rousseff e a constituição do governo golpista modifica a situação política. Abrem caminho para a burguesia avançar as reformas antinacionais e antipopulares. Dilma se dispôs a implantá-las. Tinha em sua gaveta projetos de reformas trabalhista e previdenciária, mas se reelegeu como um governo fadado ao fracasso. A crise econômica se agravou e golpeou a governabilidade. Diante da classe capitalista, Dilma compareceu como incapaz de centralizá-la e atender aos seus interesses. Diante da classe operária, Dilma compareceu como responsável por não conter as demissões em massa, a alta do custo de vida e o aumento da pobreza.

Quem controla a política e o funcionamento do Estado é a classe capitalista, por isso foi ela quem movimentou as forças para acabar com o governo do PT. A classe operária se encontra profundamente desorganizada, sem seu partido revolucionário e sem sindicatos independentes da política patronal, portanto, não pôde lutar por um governo próprio, o governo operário e camponês.

A decisão de derrubar o governo pela via do impeachment coube inteiramente à burguesia: aos seus partidos, ao Congresso Nacional, ao Supremo Tribunal Federal e aos demais órgãos estatais. A classe operária, os camponeses e as camadas mais pobres da classe média urbana apenas observaram, sem compreenderem os motivos reais do golpe de Estado. E permaneceram, em sua maioria, passivos porque viram que Dilma Rousseff não agia contra as demissões em massa e, por sua vez, o PT havia apodrecido na política burguesa.

A política de colaboração de classes praticada pelas centrais e sindicatos, assim, acabou servindo ao golpe. E por quê? Por que manteve a classe operária desorganizada, mutilada e desarmada para enfrentar a exploração capitalista, as medidas antipopulares do governo e a brutal crise econômica. Os principais responsáveis pelo fato dos explorados não reagirem contra o golpe foram as centrais e os sindicatos que comprometeram a independência política das organizações de massa e os submeteram à política de governo e à flexibilização capitalista do trabalho.

Os acordos de redução salarial e de demissão por intermédio do PDV, como os assinados com a Mercedes, Volks, Ford, etc., são a prova mais clara de que a política de colaboração de classes é de bloqueio às lutas e de traição aos interesses gerais da classe operária. As campanhas salariais fragmentadas e destituídas de vida também mostram o quanto as direções sindicais estão burocratizadas e comprometidas com os interesses do patronato. Os sindicatos que eram instrumentos de defesa da classe operária se transformaram em instrumento de submissão à classe burguesa. Está aí por que a ausência de organizações independentes do Estado e do patronato e a consequente política de conciliação serviram para manter os explorados na passividade diante do golpe que se processou por meses.

As manifestações contra o golpe dirigidas de Frente Brasil Popular desconhecaram as necessidades primárias dos trabalhadores. Sem que os sindicatos e as correntes políticas de esquerda estivessem em luta contra as demissões, contra os acordos de flexibilização, contra as perdas salariais e contra a destruição de direitos trabalhistas e previdenciários, não era possível que as massas afluíssem ao movimento de combate ao golpe encabeçado pelo vice-presidente Michel Temer.

É necessário ter claro esse balanço político dos acontecimentos que permitiram à burguesia destituir um governo eleito. E desconhecer o princípio democrático de que somente quem elegeu poderia revogar seu mandato. Enquanto prevalecer a política de conciliação de classes, os explorados estarão desarmados para enfrentar a desintegração do capitalismo e o avanço da barbárie social. Ao mesmo tempo em que temos de trabalhar pela unidade das forças operárias e camponesas, estamos obrigados a combater a política de conciliação de classes encarnada pelo PT e demais variantes do reformismo.

Neste “Grito dos Excluídos” está colocada a bandeira: *“Enfrentar o governo golpista de Temer com o programa de luta dos explorados, com organização coletiva de massa, com independência de classe e sob a estratégia própria de poder da maioria explorada, o governo operário e camponês.”*

O Partido Operário Revolucionário chama os trabalhadores e a juventude a cerrarem fileiras em torno de uma plataforma clara e objetiva: 1) *Fim das demissões; readmissão dos demitidos; efetivação dos terceirizados; redução da jornada sem reduzir os salários, estabilidade no emprego e escala móvel das horas de trabalho;* 2) *Defesa inflexível dos direitos trabalhistas e previdenciários; revogação de toda medida que fira os direitos conquistados;* 3) *Proteção dos salários; escala móvel de reajuste; salário mínimo vital calculado pelas assembleias sindicais e populares;* 4) *Terra aos camponeses, nacionalização dos latifúndios sem indenização, atendimento à reivindicação da reforma agrária do movimento camponês, proteção aos pequenos e médios produtores; fim dos assassinatos no campo; organização da autodefesa;* 5) *Contra as privatizações e a desnacionalização da economia; reestatização das empresas privatizadas; controle operário da produção;* 6) *Não pagamento da dívida pública; investigação por um Tribunal Popular do saque do Tesouro Nacional.* A luta em torno desses seis pontos possibilitará a unidade dos explorados e a incorporação das demais reivindicações dos oprimidos.

Sabemos que o governo de Temer nasceu da crise e em crise permanecerá. As forças de esquerda, na sua maioria, desconhecem esse caminho de combate a partir das necessidades da classe operária e da maioria oprimida. Certamente, procurarão canalizar os descontentamentos para a bandeira de eleições e de plebiscito. É preciso rejeitar a via política que serve ao reordenamento das forças burguesas no Estado por meio das eleições. O governo golpista será enfrentado com as greves e com as massas nas ruas em defesa de suas reivindicações e sua estratégia própria de poder. As ilusões eleitorais e democráticas cegam os explorados. A cegueira de classe serve ao domínio burguês. Serve à sua ditadura de classe sobre a maioria oprimida, que tanto pode ser exercida por um governo do PT como do PSDB ou qualquer outro partido da ordem capitalista.

Estamos mais do que atrasados em chamar a atenção dos explorados e elevar sua consciência revolucionária de que o governo burguês de Temer deve ser combatido com a estratégia do governo operário e camponês, que destruirá a ditadura de classe da burguesia e constituirá a ditadura de classe do proletariado. Ninguém que luta verdadeiramente pela libertação dos explorados e pelo socialismo pode sonhar a estratégia de poder do proletariado. É com esse conteúdo que devemos nos colocar unidos e fortes sob a bandeira de “Abaixo o governo golpista de Temer”.

Para onde vai a crise no Brasil?

Apesar da manifestação de elementos positivos econômicos (elevação industrial ínfima e aumento das previsões do PIB para próximo de 1%, em 2017), a economia brasileira apresenta neste momento sinais que apontam, ainda que com contradições, para a continuidade da crise econômica.

A grande crise mundial aberta no final de 2008 tem se desenvolvido de forma desigual em todo o mundo, com oscilações que expressam a sua manifestação geral nas particularidades regionais e de cada país.

Assim é que no Brasil houve uma afetação forte até meados de 2009, atenuação de 2010 a 2011, retomada da crise a partir de 2012 e nova ampliação em 2014/2015, estendendo-se até 2016.

Os doze milhões de desempregados e o PIB negativo são sintomas inquestionáveis da recessão que recai sobre o país, que certamente tem na brutal queda dos preços das matérias-primas no mercado internacional um forte elemento de agravamento. O Brasil, como país produtor de matérias-primas, reflete esse fator da crise de forma intensa, que afetou cerca de 70 países exportadores nos últimos dois anos. Há certamente uma interrelação entre esse elemento econômico com a crise política, que o acentua, mas o determina.

Nos últimos meses, vivenciamos elementos que sob uma análise superficial poderiam criar uma expectativa de rápida melhora na economia futura. A alta geral dos preços, com extremos como os do feijão, carne, laticínios e produtos de limpeza, poderia significar uma alta dos lucros realizada sobre salários desvalorizados. A elevação do desemprego foi menor do que as previsões para o período: o comércio, por exemplo, que teve 3,52 milhões de desempregados nos últimos 12 meses, tinha uma previsão de 279 mil vagas a menos em 2016; a estimativa agora é de 230 mil vagas a menos, ainda assim a pior em dez anos.

Lembremos o que Marx afirma sobre a trajetória imediatamente anterior a uma quebra generalizada:

“No tocante à oposição entre superprodução parcial e universal, desde que se trate apenas de sustentar a primeira para descartar a segunda, cabe observar o seguinte:

Primeiro: uma inflação geral de preços em todos os artigos da produção capitalista precede, em regra, às crises. Por isso, todos participam do colapso subsequente e todos estão congestionando o mercado aos preços que tinham antes do colapso. O mercado pode absorver uma quantidade de mercadorias a preços decrescentes que caíam abaixo dos preços de custo, quantidade que não poderia absorver aos preços anteriores. A superabundância das mercadorias é sempre relativa; isto é, superabundância a certos preços. São ruinosos para o produtor ou comerciante os preços a que as mercadorias são então absorvidas.

Segundo: Para uma crise (e também para a superprodução) ser geral, basta que atinja os artigos dominantes do comércio.”

Há um outro elemento muito forte que aponta para a tendência de continuidade da crise, marcado pela entrada de mais de 4 bilhões de dólares em julho e cerca de 3 bilhões em agosto no mercado de valores do país (ações). É a sobrevalorização de preços das ações, que não pode se efetivar eternamente. A sobrevalorização é tanta que até os papéis considerados com tendência de forte queda, como os da Petrobras, já tiveram um ganho de 6% neste ano. A tendência geral é a de um ajuste desses preços

para adequá-los à efetiva realização de valores das empresas. Os ganhos rápidos que se realizam nesses investimentos e nos títulos públicos (que pagam juros de mais de 14% ao ano) permitem lucros aos investidores, mas agravam as contradições entre o preço e o valor das ações e dos títulos governamentais.

Já vimos esse fenômeno acontecer recentemente na Alemanha (2015) e no Japão (junho de 2016). O ajuste entre o real e a especulação consumiu 750 bilhões de dólares no primeiro caso e uma queda de 7,9% na Bolsa de Tóquio, que repercutiu em todos os mercados de ações.

O governo golpista, por meio de seu ministro Meirelles, tem se colocado pela não intervenção do afluxo de capitais ao país. A queda do dólar é um elemento de pressão sobre a alta inflacionária, que não tem se dobrado à política de alta dos juros. Prejudica os exportadores que realizaram negócios com o pagamento em dólar a mais de quatro reais. Mas dólar “barato” faz cair o custo de importações e permite compor preços de forma mais barata internamente. Os artifícios não fizeram os preços altos recuarem. Será a pressão recessiva que poderá fazê-los cair relativamente, mas essa tendência pode ser anulada pela tendência de queda do valor do custo da força de trabalho.

Os salários seguem uma tendência de baixa. A elevação brutal do número de desempregados resulta em pressão para baixo no custo da força de trabalho.

Os capitalistas e o governo têm atuado no sentido de favorecer o aumento da exploração do trabalho e das demissões. Os PPE, lay-off, PDV, etc. levam às demissões massivas. Agora, o governo Temer negocia com a burocracia sindical da UGT uma legislação que permite trabalho só aos finais de semana ou só quando as empresas precisem dos empregados. O que vai reduzir a massa salarial e os encargos e direitos trabalhistas. Esse tipo de medidas, que visam a proteger imediatamente o lucro dos capitalistas dos efeitos da crise, acaba alimentando as suas contradições internas.

A classe operária e demais oprimidos têm de se organizar para responder de conjunto aos ataques dos capitalistas e de seu governo. As lutas isoladas tendem a sofrer pelo alongamento do conflito e maior facilidade de manobra e repressão pelo governo e patrões. A unidade grevista está colocada a fim de evitar que as consequências do agravamento da crise sejam despejadas sobre os trabalhadores e suas famílias.

As centrais sindicais têm se colocado pela via da conciliação de classes: buscam negociar com o governo e os patrões aspectos das medidas propostas, negando-se a organizar a luta unitária ao conjunto dos ataques. Trabalham assim contra a possibilidade de organização de uma greve geral, que está colocada como necessidade para ganhar a força necessária para impor aos capitalistas e ao governo golpista as reivindicações de defesa do emprego, salário e direitos.

A tarefa colocada é a de impulsionar o mais amplamente possível a unidade grevista pelas reivindicações mais sentidas, combater a reforma trabalhista e da previdência, bloquear a tentativa de congelamento dos gastos públicos. Por uma frente única sindical de luta apoiada nas reivindicações e métodos próprios da classe operária para enfrentar e derrotar os capitalistas e o governo golpista de Temer.

Rondônia

Demissão em massa na empresa Imma em Porto Velho

Os operários da Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia (IMMA) foram surpreendidos pelo anúncio da demissão de quase 300 operários entre os dias 18 e 22 de agosto e realizaram protestos durante os dias seguintes (23, 24 e 25).

Pegos de surpresa, os operários se organizaram e protestaram em frente ao sindicato em rechaço à conciliação de classe dos dirigentes da entidade, que até então não haviam se pronunciado sobre a situação. Os operários indignados se colocaram não apenas contra os patrões, mas contra aqueles que poderiam lhes defender, mas que foram omissos e não ergueram um só dedo para organizar os operários em defesa do emprego. Ao contrário, em acordos de bastidores com a empresa, estimularam os trabalhadores a aceitarem no presente ano a vergonhosa redução de 15% dos seus salários com a covarde e mentirosa promessa de não serem demitidos.

No primeiro dia de protesto, 23 de agosto, os metalúrgicos, sem grandes perspectivas, diante do sindicato pelego, apenas reivindicaram que se estendesse a todos o direito à adesão ao programa de demissão incentivada (que garantia auxílios como plano odontológico, plano de saúde, cesta básica e curso de capacitação após a saída da empresa). Isto é, depois de seis meses com redução salarial, os operários se viram ajoelhados diante do patronato exigindo migalhas, porque a burocracia sindical já havia aberto as portas para as demissões.

A empresa lucrou durante seis meses, preparando-se para um golpe maior que era a demissão dos trabalhadores. As lideranças sindicais traíram os operários e com isso os capitalistas ganharam tempo, aumentando a exploração do trabalho e garantindo o cumprimento dos seus contratos firmados com as hidrelétricas do rio Madeira. Sabe-se que a IMMA foi criada no estado com a finalidade de fabricar equipamentos de grande porte para serem usados nas hidrelétricas da região amazônica e em Porto Velho foi aberta uma filial em função das usinas de Jirau e Santo Antônio. Agora que as usinas estão concluindo suas instalações, a empresa, que lucrou milhões, descarta os operários evidenciando que o trabalhador no capitalismo é uma mercadoria como outra qualquer, sujeita às oscilações do mercado.

Os operários denunciam as manobras das direções do STIMMME e da CSB

O que pesa sobre a organização dos operários da IMMA é o fato de estarem ligados a um sindicato sem tradição de lutas e colaboracionista, que é o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica

Rio Grande do Norte

Disputa eleitoral em Mossoró

Os analistas pequeno-burgueses e burgueses anunciaram o fim da oligarquia Rosado e a eleição de um candidato não ligado à família dos Rosados, juntamente com a saída de Rosalba do governo do Estado – nem o DEM lhe forneceu a legenda para a reeleição – eram a demonstração do início do fim da oligarquia. Agora, Rosalba Rosado lidera as pesquisas para a prefeitura de Mossoró. Tem cerca de 24% das intenções de votos contra 13% do segundo colocado, Tião (PSDB). A família Rosado se uniu e pretende retomar o controle político da cidade.

A possibilidade de vitória da oligarquia é uma demonstração da continuidade da força política que possui. Apesar de ter declarado

ca Mecânica e Materiais (STIMMME), vinculado à Central Sindicatos Brasil (CSB). Ou seja, os operários dessa indústria vivenciam a profunda crise de direção. Diante da situação concreta e imediata, eles perceberam o silêncio da direção e souberam que, se houvesse demissão coletiva, como houve, haveria acordo entre sindicato e patronato.

Assim, os operários da IMMA denunciaram a omissão da direção do STIMMME e da CSB diante das manobras sobre seus direitos e reivindicações e protestaram em frente à empresa e ao sindicato. Em audiência no Ministério Público do Trabalho em Porto Velho, os operários conquistaram alguns pontos, ainda que não tenham lutado até o fim para a garantia plena dos empregos em função da direção sindical.

As mobilizações levaram a paralisação das atividades da IMMA por dois dias e os metalúrgicos “conquistaram”: pagamento de indenização correspondente a cinco pisos salariais de R\$ 900,00, totalizando R\$ 4.500,00, que devem ser pagos no próximo dia 05 de outubro; seis meses de cesta básica com gêneros alimentícios, sendo a primeira entregue no próximo dia 05 de setembro; assistência médica por quatro meses para os que se encontram em tratamento ou grávidas e a suposta garantia de recontração no caso da IMMA retomar a produção. Além disso, a empresa afirmou que não seria desativada imediatamente e manteria ainda cerca de 50 trabalhadores.

Como se vê, os operários, ainda que duvidando da direção, se submeteram a um acordo em que a demissão da maioria absoluta é certa. As conquistas são migalhas que não garantirão a sobrevivência dos trabalhadores e de suas famílias. O fato de a empresa reconhecer nesses dias de mobilização não só os diretores do sindicato, mas uma comissão de trabalhadores de base para a negociação dos “pontos do acordo” mostrou o poder de organização dos trabalhadores, que paralisaram e se chocaram, ainda que parcialmente, com a burocracia sindical. No entanto, essa mobilização demonstrou os limites da organização espontânea dos operários frente às demissões. Logo que pressionaram a burocracia e a empresa, foram incorporados na “negociação” e acataram o que tanto uma quanto outra já haviam definido.

É preciso que a classe operária assuma a bandeira de que “emprego não se negocia”, que é necessário passar por cima das direções sindicais e se apoiar apenas nos métodos da ação direta, como as paralisações, passeatas, ocupações, sem que haja a crença de que a justiça irá se colocar ao lado dos trabalhadores. Sem essa política, novas demissões virão e a crise capitalista continuará sendo descarregada sobre o conjunto da população.

bens na ordem de 250 mil reais, Rosalba não engana ninguém. Todos sabem que estão sonhando informações. O poder econômico da família Rosado é o fator determinante para a manutenção do seu poder político na cidade e região.

Tião (PSDB), que está em segundo lugar, é a comprovação de que o poder econômico é o fator fundamental nas eleições burguesas. Empresário desconhecido no campo político, declarou bens na ordem de 38 milhões de reais. O PSDB, devido aos problemas do PT, é a agremiação que mais tem concentrado as tendências atuais direitistas. Porém, esse efeito ocasional não é de forma alguma o principal da manifestação da sua inusitada expressão política.

A frente de esquerda

A Frente de Esquerda não foi reeditada em Mossoró.

Primeiro, o PSOL do município teve grandes dificuldades. Está sob o controle do político burguês Cinquentinha. A LSR – corrente interna do PSOL, que se reivindica das ideias revolucionárias – foi a grande derrotada na Convenção. Cinquentinha levou toda sua família e claques controladas pelo seu poder econômico, e venceu confirmando seu nome para a candidatura a prefeito e a aliança com o PSDC. A LSR teve de apelar para o Diretório Nacional do PSOL para poder ver vetada essa possibilidade de aliança política com esse partido burguês obscurantista.

O PSOL ainda lançou um manifesto propondo a unificação com os partidos de esquerda, movimentos sociais e partidos ou correntes não legalizadas. Porém, a aliança do PSOL está sob a estratégia eleitoral e não da luta revolucionária. Prova disso é que o PSOL na UERN (Universidade Estadual) recusou a aliança com a Corrente Proletária Estudantil (CPE/POR) contra a chapa do PT. Agora, quando está à caça de votos no sistema eleitoral burguês, faz um chamado às correntes e partidos da esquerda não legalizados para uma aliança.

O PSTU respondeu ao chamado do PSOL, mas não com a intenção de unificar e sim com o objetivo de fazer a luta eleitoralista contra o seu antigo aliado (PSOL). Avaliando que a conjuntura exige do PSTU se mostrar sozinho, sem os antigos aliados para poder aproveitar a queda do PT, o PSTU não pretende unificar com ninguém. Pretende se apresentar como alternativa eleitoral aos trabalhadores descontentes com o PT. O Manifesto do PSTU faz uma defesa da unidade para depois elencar um rol de exigências que impedem a unificação. O PSTU não lança as exigências como defensor de princípios. Em seu Manifesto, como bom mercador, anuncia que está disposto a negociar – leia-se abrir mão – as exigências para o bem da unificação. O problema é que o PSOL em Mossoró está melhor colocado nas pesquisas

Dia 26/agosto

Grande manifestação de professores tomou as ruas de São Paulo

Assembleia do Sinpeem

Cerca de 20 mil trabalhadores em educação do município de São Paulo realizaram sua assembleia, em frente ao gabinete do prefeito. A decisão por realizar esse dia de mobilização foi tomada na reunião do Conselho, em junho. A avaliação era de que havia um conjunto de ataques por parte de Haddad, o que exigia uma resposta política. A resposta veio: a classe compareceu em peso no dia 26, com um altíssimo índice de paralisação das escolas.

A assembleia se deu sob o impacto do anúncio feito por Haddad de que retiraria momentaneamente o PL 558/2015, pelo qual seria instituído o Sampaprev (regime de previdência complementar). Tratava-se de uma manobra eleitoreira do petista, que foi forçado pela mobilização dos trabalhadores a repensar o momento de aplicação da medida. Outras questões serviram para aumentar a confusão na classe: o PL 257 foi aprovado na Câmara, mas com um substitutivo supostamente mais brando. Com os dois itens aparentemente resolvidos (Sampaprev e PL 257), restava a PEC 241 e a reforma da previdência do governo federal, além da proposta de reforma trabalhista. Esse quadro criou uma situação particular, em que pôde ficar clara aos trabalhadores a gravidade da situação. Muitos afirmavam nas escolas estarem totalmente de acordo com a paralisação, mas não cogitavam

eleitorais do que o PSTU e, por isso, não vê motivos para ceder, nem sequer em parte, às “exigências” mercadológicas do PSTU. Em Natal, capital do Estado, onde o PSTU avalia que tem mais força eleitoral do que o PSOL, nem sequer cogita em ter pelo menos uma exigência. Simplesmente fez-se de ouvido de mercador a todos os assédios do PSOL.

A posição do P.O.R.

O POR sempre combateu a ilusão do fim do poder político dos Rosados. Sabíamos e, anunciamos publicamente, que o poder político dos Rosados só teria fim com a expropriação econômica dessa oligarquia. Portanto, sabia que não passava de uma situação pontual de desgaste político dessa oligarquia. Assim, não nos surpreende a demonstração de grande força política de Rosalba.

O POR não respondeu positivamente aos manifestos dos reformistas (PSOL) e centristas (PSTU) porque estão sob a estratégia eleitoral. Passaram todo o momento político nacional e das lutas dos assalariados negando a unificação dos explorados para defender seus direitos, empregos e salários contra os governos burgueses, para, agora, sob a pressão da caça aos votos, proporem a unificação eleitoral. Suas candidaturas servem ao desvio da luta pelas reivindicações para o das eleições.

A unidade dos trabalhadores deve ser conquistada na defesa de seus interesses de classe diante da ofensiva da burguesia. Essa unidade na luta pode ter continuidade na disputa eleitoral mesmo sob o sistema burguês. Porém, não é o que ocorre. A única forma do proletariado agir de maneira independente da burguesia nas eleições municipais de Mossoró é defendendo o voto nulo pela construção do Partido Operário Revolucionário, explicando aos assalariados as diversas variantes da política burguesa, pequeno-burguesa e centristas existentes nas eleições atuais.

estender a paralisação para um movimento grevista. A direção do sindicato contribuiu para fortalecer essa letargia. Manteve um discurso formal sobre a necessidade de resistir aos ataques, ao mesmo tempo em que colocava a “vitória” da retirada do Sampaprev.

A Corrente Proletária na Educação fez o papel inverso. Alertou sobre o conteúdo nocivo do substitutivo do PL 257 e demonstrou a jogada política do prefeito em relação ao Sampaprev. Lembrou, também, sobre o risco de desvio da luta para o campo das eleições burguesas. Finalmente, a Corrente denunciou a ameaça do divisionismo e defendeu a manifestação conjunta com os professores estaduais.

Assembleia da Apeoesp

No mesmo dia e horário, realizou-se a assembleia da Apeoesp. Contou com milhares de professores. A paralisação das escolas foi grande. As reivindicações que mobilizaram foram a rejeição da reforma da previdência, que vem sendo articulada pelo governo golpista de Temer; o congelamento salarial que já dura dois anos; a retomada do plano de Alckmin de reorganização das escolas (fechamento de salas e escolas) e a brutal precariedade das condições de trabalho.

A assembleia decidiu por convocar nova paralisação para o dia 22 de setembro, fazer um chamado de unidade ao funcionalismo es-

tadual e aos trabalhadores da educação do município. Participar da manifestação conjunta com as centrais sindicais e outros sindicatos.

Ato da Afuse

A direção da Afuse foi obrigada a convocar um ato para o dia 26. Havia uma mobilização dos professores estaduais e municipais, o que ajudou a pressionar a direção do sindicato. A convocatória do ato teve duas bandeiras: contra a terceirização e pela CPI da merenda. A reivindicação contra a terceirização é fundamental para combater o plano de Alckmin de impor as empresas terceirizadas para executar os serviços nas escolas. Porém, aparecia de forma genérica. Não era para defender os trabalhadores terceirizados, que ganham uma miséria, têm os salários atrasados e convivem com a mais violenta precariedade. Era preciso deixar claro que a luta é pela efetivação de todos os terceirizados, contratação de mais funcionários pelo estado e elevação geral do piso salarial. A bandeira da CPI da merenda é distracionista. Basta ver que desde que foi formada, nada foi apurado, tudo está sendo engavetado.

Um ato sem reivindicações claras não tem força para unificar os funcionários (terceirizados e efetivos). E, como era um ato, se resumiu a discursos. Era preciso que houvesse maior trabalho de mobilização por parte do sindicato para que os manifestantes pudessem transformar o ato em assembleia geral. Nesse caso, as propostas seriam discutidas e aprovadas coletivamente. Porém, um fato chamou atenção. No ato, estava presente o deputado Carlos Gianazzi/PSOL, que faz propaganda de oposição à direção do sindicato, que é PT. Tem aproveitado o descontentamento de uma parcela de funcionários com a direção imobilista e autoritária para dirigir uma parcela. Assim, acabou conduzindo essa parcela para o “fechamento do farol”, ao invés de defender a unidade com os professores que fariam assembleia no mesmo local. O resultado foi o desmonte do ato da Afuse e a não participação da grande manifestação unitária dos professores estaduais e municipais.

Passeata unitária

A manifestação unificada do Sinpeem com a Apeoesp foi uma importante resposta aos ataques dos governos: Temer, Alckmin e Ha-

ddad. Esse é o caminho para enfrentar as medidas dos governantes: unidade, paralisação das escolas e manifestações gigantescas. Porém, os trabalhadores da educação estão obrigados a combater a política de direções sindicais corporativas, a exemplo do dirigente do Sinpeem, Cláudio Fonseca. Apesar de cumprir o afastamento eleitoral e deixar que outro membro do sindicato dirigisse a assembleia, Cláudio Fonseca teve o pleno controle. Cláudio e Donizete ignoraram a proposta de manifestação conjunta com a Apeoesp, feita pela Corrente Proletária, e pretendiam caminhar somente até a Praça da República. Foram usadas outras manobras grosseiras para retardar a chegada ao ponto de encontro com os professores estaduais. Mas, a disposição dos municipais de se unificarem com os estaduais prevaleceu e a unidade se concretizou com uma gigantesca marcha até a Av. Paulista.

Dia 22 de setembro: ganhar as ruas

A convocação de nova manifestação para o dia 22 vem ganhando força nas escolas. O anúncio do governo golpista de Temer de apressar as reformas trabalhista e previdenciária, a intransigência de Alckmin de conceder o reajuste salarial e manter o plano de fechamento de escolas, a possibilidade de Haddad retomar o Sampaprev, após as eleições, etc. estão obrigando os trabalhadores da educação a se mobilizarem. Soma-se a isso, o chamado das centrais sindicais contra as medidas de Temer.

A Apeoesp fará assembleia nesse dia e convoca para a manifestação unitária. A Afuse está de bico calado, embora seja da mesma corrente política da direção da Apeoesp. A direção do Sinpeem realizou uma reunião de Representantes de Escolas, no dia 29, e se colocou contra convocar assembleia nesse dia 22 e vagamente se pronunciou que está de acordo com as manifestações que ocorrerão nesse dia.

Como se vê, temos ainda bastante entraves em nosso meio. A unidade da educação, municipais e estaduais, com paralisação das escolas, dependerá do combate esses entraves e da disposição dos trabalhadores de ganhar as ruas. Não há outra forma para enfrentar os ataques dos governantes a não ser pela ação direta (greves, manifestações, etc.). A presença massiva da classe operária na manifestação é decisiva na luta contra as medidas de Temer.

Paraná

Funcionalismo do Paraná deve retomar as mobilizações com urgência

No último dia do mês de agosto, o governo divulgou pela sua agência oficial de notícias que a economia do Paraná “encolhe menos do que a o país e a recessão perde força no Estado”. Segundo dados do governo, “o Paraná também registrou um resultado melhor do que o Brasil. De janeiro a junho, o recuo do PIB no Estado foi de 3%, contra 4,6% do Brasil. Nos últimos quatro trimestres terminados em junho, a queda é de 3,7%, contra 4,9% do País”. Ademais, de acordo com eles, “os números já indicam que a recessão vem perdendo fôlego no Estado”.

Ao mesmo tempo, já passou pela Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia legislativa o pacote enviado recentemente, que tem a finalidade de aumentar a arrecadação do Estado mediante a criação de novos impostos e a venda de estatais. Este pacote vem sendo questionado pela burguesia paranaense, que sente a ameaça de aumento dos seus custos

numa situação de crise generalizada e também não aceita que o Estado liquide a Sanepar (água e esgoto) e a COPEL (energia elétrica) só para fazer caixa. O governo contudo, tem maioria e deve passar o seu pacote, mais uma vez.

Por outro lado, vários secretários de estado já declararam publicamente que o governo não terá como pagar aos funcionários públicos porque, supostamente, a arrecadação do Estado não conseguirá cobrir esses custos.

Esta aparente esquizofrenia [de um lado a economia melhorando e o estado se preparando para aumentar a arrecadação, mas, do outro afirmando que não tem dinheiro] só se explica pela convicção que o governo tem o apoio dos principais setores da burguesia – dentro e fora do sistema político – e a impotência demonstrada pelos servidores resistirem aos ataques já perpetrados e os que virão. Principalmente, o anunciado não pagamento das perdas inflacionárias deste ano, que deveriam

ser repostas, em janeiro de 2017.

Contudo, o Fórum das entidades sindicais não reage organizando a resistência, se limitando a participar do simulacro de “negociações” que é como chamam as intermináveis sessões de enrolação a que são submetidos os dirigentes sindicais pelos secretários de Beto Richa há quase um ano todos os meses.

Na verdade, o Fórum – principalmente a sua direção que é a APP vinculada à CUT e ao PT – está desmoralizada para reagir, pois foram eles que negociaram com o governo no final da greve, o ano passado, a renúncia à data-base, aceitando adiar para 2016 as perdas de 2015-16. Na sequência, não conseguiram mais nada do governo, o que na sua política de sindicalismo de resultados os fragiliza muito.

Retomar a mobilização exige utilizar os métodos da luta de classes

Ao funcionalismo estadual está colocado o desafio de se armar para resistir aos ataques que o governo perpetra e perpe-

Cortes no Instituto Federal São Paulo: o pagamento da dívida acima da necessidade dos trabalhadores

Mesmo não sendo surpresa que o governo federal faria cortes nos orçamentos das unidades federais de ensino superior, fomos tomados pelo espanto dos números que chegaram na unidade da capital do IFSP.

O corte de orçamento para 2017 foi de 20% relativo a 2016, que já estava estagnado desde 2014. Estes valores não cumprem nem as necessidades básicas (operacionais) de funcionamento da unidade, como água, luz, internet, muito menos as necessidades educacionais, como a contratação de professores, pagamento de bolsas de permanência estudantil e manutenção do subsídio do bandeirão, por exemplo.

Notícias chegam dizendo que o orçamento não será menor que no ano de 2016. Mesmo que assim fosse seria um problema pois a inflação não estaria sendo considerada e, na prática, a unidade estaria recebendo menos. Mas os números que estão sendo apresentados aqui fazem parte do informe dado pela própria administração da unidade.

A recomendação que veio do governo federal para as unidades foi bem clara. Reduzam os gastos. As burocracias das unidades não vêm outra saída senão acatar a recomendação. Já os trabalhadores e estudantes não precisam se submeter a este absurdo, nós temos outras formas de lutar, os métodos próprios da classe proletária. Se apenas aceitarmos os cortes e a recomendação de economia de gastos, certamente teremos uma queda na qualidade da instituição, já precarizada pelas diminuições dos repasses que vêm sofrendo nos últimos anos.

A rede de Institutos Federais (IFs) aumentou nos últimos quatro anos, dobrou o número de alunos e aumentou em um terço as unidades, contudo, o repasse de custeio diminuiu (considerando a inflação do período). A tabela abaixo mostra o desenvolvimento dos números nos últimos 4 anos.

Período	Nº de campi	Matrículas	Total LOA/ Custeio (R\$)
2012	408	487.930	1.709.997.678,00
2013	415	619.784	1.999.268.784,00
2014	415	673.602	2.363.732.614,00
2015	582	756.101	2.809.060.892,00
2016	564	846.710	2.545.528.760,00
2017	606	878.682	2.188.537.801,00

trar com objetivo de liquidar direitos elementares. Contudo, a orientação dada pela APP sindicato é de colaboração de classes e dificilmente mudará de rumo. No ano passado, a direção da APP só se colocou à frente da greve porque foi atropelada pela base enfurecida diante das agressões monstruosas do governo. Passado esse momento, a direção voltou aos seus métodos de conchavos com o governo. Os outros sindicatos vão a reboque da APP e alguns são mais burocratizados e colaboracionistas ainda.

Por isso, a estruturação da resistência exigirá que os servidores coloquem imediatamente na ordem do dia a defesa de suas reivindicações, a começar pela manutenção da reposição em janeiro de 2017, mas com os métodos da luta de classes: convocação de assembleias de base, estruturação de comandos de greve, coordenação com os servidores das regiões para comandos regionais unificados, preparação da greve e fundo de greve, etc.

Somente assim será possível estruturar novas direções e conseguir os meios para resistir às agressões do governo.

O conselho dos IFs enviou proposta para o MEC solicitando o repasse de R\$ 3,6 bilhões para manutenção mínima das unidades e a resposta está na tabela acima, R\$ 2,2 bilhões. Baseado neste terror orçamentário, a direção dos IFs não nega a possibilidade de fechamento de cursos e unidades e/ou diminuição de vagas. Já com relação ao investimento em bens permanentes (equipamentos, novos prédios, livros), o valor projetado e destinado para este fim em 2016 foi de 33 milhões. Para 2017, a proposta do MEC é que este valor seja de R\$ 3 milhões.

Estes cortes não vêm descolados da conjuntura nacional e mundial. Na verdade, estão ligados a outros ataques que a classe trabalhadora está sofrendo e que se aprofundarão com o avanço da crise do capitalismo. Dois ataques que estão na pauta do dia são as PECs 257 e 241.

Devemos ser contra a estes cortes pois eles atacam diretamente os trabalhadores dos institutos federais e os estudantes que lá estão. De maneira mais ampla, são nas universidades federais que está a maior parte dos trabalhadores e filhos de trabalhadores que entraram numa universidade pública. Uma pesquisa nestas universidades mostrou que 66,19% dos estudantes das federais tem renda familiar de 1,5 salário mínimo. No Norte e Nordeste, este número sobe para 76%. Isso mostra de maneira clara que é mais um ataque aos pobres em nome do pagamento da dívida pública. É a crise do capitalismo mais uma vez sendo despejada sobre os ombros dos trabalhadores.

Nós trabalhadores e estudantes não devemos aceitar os cortes na educação nem nos conformar com o caminho tomado pelas direções dos IFs, cortar os custos e recorrer aos parlamentares. Devemos recorrer aos nossos meios de luta para barrar este ataque brutal aos Institutos Federais.

Ocupações nas unidades pelos estudantes e greve geral dos trabalhadores dos IFs!!!

Concentração monopolista na educação privada

Um monopólio anunciado se configura no caminho que vem seguindo a empresa Kroton, maior empresa de educação do mundo.

A gigante brasileira começou em 1966 em MG com o cursinho Pitágoras, que em seguida virou o colégio de mesmo nome e continuou crescendo e engolindo outras instituições até chegar ao ensino superior em 2000, quando as regras para abertura de universidades privadas foram flexibilizadas pelo governo. Em seguida, o impacto desta empresa no mercado foi meteórico. Comprou a IUNI educacional, faculdade Atenas no MA, UNOPAR em Ponta Grossa, FAIS, Centro Universitário Cândido Rondon, Uniasselvi e, em 2013, se tornou a maior empresa de educação do mundo, quando comprou a Faculdades Anhanguera.

Este percurso já nos coloca em alerta por configurar a consolidação na mercantilização da educação no sistema capitalista. Mas ainda pode piorar.

Neste mês, a empresa está engolindo a segunda maior empresa de educação do país, a faculdades Estácio.

O Brasil possui hoje aproximadamente 6 milhões de estudantes no nível superior. A gigante formada terá 1,5 milhão de matrículas neste nível, ou seja, 25% das matrículas do país.

Especialistas da OAB começam agora avaliar o óbvio: a monstruosidade do negócio vai gerar acumulação de capital e

prejudicar a concorrência. Em outras palavras, trata-se de um monopólio.

Diante do atual cenário do ensino superior, os trabalhadores e jovens ingressantes no mercado de trabalho se veem obrigados a entrar nas universidades privadas devido à excessiva concorrência das universidades públicas, ou seja, a falta de vaga.

As políticas privatistas dos governos e descaso com as universidades públicas, como o corte de verbas que está em curso para o ano letivo de 2017, empurram os trabalhadores para estas universidades, fazendo com que retirem dos baixos salários as mensalidades da universidade, enriquecendo ainda mais os capitalistas da educação, como a Kroton e recebendo em troca um ensino fraco e descolado da realidade.

Os jovens precisam se organizar para combater mais este ataque ao direito de estudar. Não basta lutar por mais repasse ou imaginar que os 10% do PIB para a educação serão a solução. Defendemos que toda a educação seja pública e gratuita para o povo. Precisamos colocar a juventude (de dentro e de fora das universidades) em luta, com a bandeira de **fim do ensino privado e estatização sem indenização das empresas de educação**, sob o controle coletivo dos que estudam e trabalham, garantindo assim, o livre acesso a todos os níveis da educação.

Corrente Proletária debate Escola Sem Partido

No dia 28 de agosto, a Corrente Proletária Secundarista realizou um debate no bairro da Lapa sobre o projeto de lei que tramita no Senado, *Escola Sem Partido*. O artigo foi distribuído na forma de boletim e serviu para orientar a discussão. O documento foi lido coletivamente e, na sequência, foi aberto espaço para as colocações dos presentes. Algumas ideias foram reforçadas no debate como: 1) a *neutralidade*. Apontou-se para a falsificação desse argumento que justifica o projeto. Não há neutralidade no ensino, uma vez que ele é de classe. Ensina-se e aprende-se conforme a ideologia da classe dominante. 2) a *minorias dos professores são organizados em partidos de esquerda*. Aqui vale ressaltar a observação feita pelo estudante. Embora tivesse sido matriculado em 10 escolas diferentes, ao longo de seu curso escolar, a exceção da última, nunca havia tido contato com o marxismo. Outros, com trajetória semelhante, relataram o mesmo. 3) *importância da minoria marxista*: foi dito que dentro da esquerda existe todo um espectro de militantes, mas nem todos são revolucionários. Quantitativamente são ainda mais reduzidos. A exemplo dos professores da rede pública, a esmagadora maioria são conservadores, mas quando se impõem as condições objetivas se colocam em movimento, e o fazem seguindo o que defendem a vanguarda, seja ela revolucionária ou oportunista. O curso da luta será distinto conforme a direção que as massas adotarem. É desta forma que o “exército de marxistas” no interior das escolas também é uma falsificação. O que o governo e a burguesia temem é a força em potencial da ultraminoria, por que estes são capazes de dar expressão à insatisfação e às tendências de luta das massas. 4) *freio definitivo*. Foi dito no debate que, mesmo aprovado, o projeto *Escola Sem*

Partido não será um freio definitivo ao movimento das massas. Isso porque o determinante são as condições materiais. Antes mesmo da vanguarda dar expressão à tendência de luta, ela precisa ser gestada, e o germe para isso não está na ideologia, mas sim nos salários arrojados, nas precárias condições de trabalho, no desemprego, na carestia de vida etc. 5) *A verdade se confirma na prática*. Foi apresentado um exemplo sobre o “dar expressão a uma insatisfação” que foi: se em sala de aula um professor fala das desigualdades sociais e os estudantes ao olharem pela janela verem uma ocupação por moradia que se ergue ao lado da escola, então se comprovará que de fato a desigualdade existe. Assim o será em todas as outras situações. Se uma categoria vai a uma assembleia e ouve que a sua condição de vida está cada vez pior por que seu salário não chega ao fim do mês e que por isso deve cobrar do governo ou do patrão melhor salário, os trabalhadores entenderão que isso é verdade, porque de fato o é. Os marxistas não inventaram a exploração, eles apenas a entendem cientificamente. 5) Por fim, foi observado que esse projeto não é novidade. Ele surgiu já tem uns anos, mas ganhou projeção no parlamento devido ao avanço da ala mais reacionária. O projeto *Escola Sem Partido* vem numa escalada repressiva do Estado sobre as massas, de modo a contê-la quando se levantarem em luta pelas suas condições de vida.

Os professores e estudantes devem tomar em suas próprias mãos a luta contra o Escola sem Partido, a partir dos métodos da luta de classes, para derrotá-lo por meio das grandes mobilizações de massas, ocupando as escolas, as ruas e grandes avenidas.

Esclarecimento sobre o rompimento da célula da Bahia com o POR

Os ex-camaradas da Bahia publicaram nas redes sociais “Carta aberta aos ativistas, militantes e organizações de esquerda. Objetivamos contestar a versão sobre sua exclusão em dois aspectos fundamentais: 1) rompimento com o programa do POR; 2) rompimento com a disciplina partidária.

Os ex-camaradas da Bahia nunca escreveram uma linha quanto as posições do partido sobre a questão das opressões. Nunca se dispuseram a utilizar o Boletim Interno para apresentar o que entendiam por opressão da mulher, dos homossexuais e negros. Nunca apresentaram um estudo sobre as “opressões sociais”. Nunca fizeram uma proposta aos Congressos, Conferências nacionais e regionais para que tratassem destas questões. Os ex-camaradas, no entanto, tinham conhecimento de artigos e manifestos publicados no jornal Massas e na Revista Socialismo Científico. No período preparatório do 13º Congresso, a célula da Bahia enviou ao Comitê Central (CC) uma proposta – “A luta contra as opressões é parte da luta revolucionária”, que data de outubro de 2015, sendo que o Congresso se realizaria na primeira metade de janeiro de 2016. Os ex-camaradas, embora tenham consciência de que apenas expressaram sua posição entre outubro e janeiro, afirmam que “há quase um ano” vinham “travando uma dura luta interna contra as posições sectárias, ultimatas e abertamente conservadoras do partido em relação às opressões”.

Depois do Congresso, tivemos um período de avaliação, em que a célula da Bahia fez suas considerações, reafirmando as posições, embora procurando passar a nova versão de que apenas distinguia exploração de opressão, o que volta a repetir na “Carta aberta...”, que aqui está em consideração. Depois do Congresso, publicamos vários artigos respondendo a acontecimentos e continuando a clarear a fundamentação teórica do partido. Basta que se leiam as formulações sobre o estupro coletivo no Rio de Janeiro para se verificar que era obrigação da célula da Bahia se pronunciar. Analisamos e questionamos a campanha da imprensa burguesa sobre a “cultura do estupro” e a bandeira das esquerdas de “machismo mata”, agora referida pelos ex-camaradas em sua Carta. Era o momento para se colocarem no Boletim Interno. Nada escreveram, se calaram. Mas um dos membros, Ivan, decidiu romper com o partido, publicando sua carta nas redes sociais, chamada “Carta de ruptura: O POR está em oposição ao movimento de massas e aos oprimidos”, datada de 20 de junho de 2016.

Como se constata, a abrupta decisão de Ivan se deveu à crítica do POR à campanha burguesa e pequeno-burguesa em torno das bandeiras “cultura do estupro” e “machismo mata”. Pode-se dizer que foi a gota d’água. O CC decidiu não responder publicamente às inverdades, distorções e difamações. Fez considerações internas que publicamos abaixo como apêndice dessa resposta. Exigiu que a célula da Bahia se pronunciasse se estava de acordo com o teor da carta de Ivan, uma vez que não se tratava apenas da repetição da divergência do Congresso. Ivan encetou um ataque sem fundamento e sem princípios. Era dever da célula da Bahia explicar o que se passou e qual foi a posição firmada. O silêncio da célula da Bahia resultou em

convivência e apoio tácito à difamação, portanto a um ataque externo ao POR. Imediatamente, após divulgar seu rompimento com o POR, Ivan passou a demonstrar publicamente sua aproximação com o grupo que resultou da recente cisão com o PSTU (aglutinado em torno do manifesto “É preciso arrancar alegria ao futuro!”, agora denominado MAIS).

O problema não parou aí. Ivan se utilizou da correspondência interna para divulgar sua carta, correspondência essa que deveria ser de responsabilidade apenas do coordenador de célula. O CC exigiu uma explicação da célula da Bahia sobre a quebra da disciplina, que simplesmente a ignorou. Esse fato consta na ata do CC de 3 de julho, como se pode verificar abaixo.

Estava prevista a escola de quadros do Nordeste para 16 e 17 de julho, momento em que também reuniria a Coordenação Nordeste. Em 25 de junho, a célula da Bahia distribuiu um documento à revelia da direção, propondo que a regional a transformasse em Conferência Regional para discutir e deliberar sobre os “graves conflitos no partido”, exigindo a convocação de um Congresso extraordinário e se declarava fração. O CC criticou o fato da célula da Bahia ter se utilizado da distribuição do documento violando a centralização partidária. Simplesmente, desconheceu que o CC é responsável pela correspondência interna. Para isso, existe o Boletim interno, que, como dissemos, os ex-camaradas da Bahia que se arvoraram em salvadores do POR contra o “sectarismo” nunca utilizaram.

Diante da recusa das regionais e da Coordenação Nordeste em violar o funcionamento centralista-democrático do partido, a célula da Bahia simplesmente respondeu que não ia participar da escola de quadros e, portanto, não compareceria à reunião da Coordenação. Evidenciou que não admitia discutir os dois temas: 1) Teoria Marxista do Partido, de Guilherme Lora; 2) A posição do POR e das esquerdas diante da crise política e do golpe de Estado. A falta de seriedade e de responsabilidade saltou à vista da militância. A proposta de substituir a escola de quadros por uma Conferência Regional para resolver questões gerais do partido não apenas fraturava a organicidade partidária como pressupunha que fosse possível preparar tal conferência tão decisiva (vejam o título do libelo, “O POR está vivendo uma crise profunda! Por Conferências Regionais e por um Congresso Extraordinário para discutir a crise do partido”) em 20 dias.

O 13º Congresso se realizou em meados de janeiro e até 25 de julho, durante quase 6 meses, a célula da Bahia ficou calada, período em que ocorreram sérios casos de violência contra as mulheres, homossexuais e negros. Em todos eles, o partido deu resposta. Na USP, o caso de estupro levou à ocupação da SAS na Universidade, o POR esteve à frente, organizou a ocupação e combateu o boicote das esquerdas tão agarradas à bandeira de luta pela “igualdade de gênero” e contra o “machismo”. O partido publicou um folheto com toda sua linha prática e programática. No entanto, os ex-camaradas que dizem ter travado quase um ano de luta contra as posições da direção do POR nada disseram, nem mexeram uma palha em defesa da ocupa-

ção. Em seguida ao rompimento de Ivan no dia 20/06, a célula da Bahia, no dia, 25/6, portanto, cinco dias depois, resolveu mandar um ultimato ao partido, exigindo que transformasse a escola de quadros em Conferência Regional. Como seu ultimato não foi acatado, então decidiu que não compareceria.

Sobre a base desses fatos, a Coordenação Nordeste avaliou a conduta política da célula da Bahia. Todos os coordenadores, acrescido de dois camaradas das regionais do Ceará, Rio Grande do Norte, com a presença de três membros do CC, concordaram que se tratava de uma grave violação da organicidade partidária. O secretário geral concluiu que a célula da Bahia assumiu um percurso de ruptura, considerando os fatos – acima expostos – de conjunto. A discussão se deu em torno da avaliação se era o caso de exclusão ou não. A maioria decidiu favorável à exclusão. As regionais ficaram de discutir a posição adotada. A reunião do CC de agosto avaliou por unanimidade que houve de fato de uma ruptura organizativa. A omissão da célula da Bahia diante da Carta de Ivan indicava um acordo tácito. O que veio a ser comprovado com a Carta da célula da Bahia, que mais à frente demonstraremos. Não nos restaram dúvidas de que partindo de uma divergência programática a célula da Bahia chegava ao rompimento do funcionamento partidário.

Essa conduta foi assinalada pela direção no processo de discussão da resolução apresentada pela cel. da Bahia. O ex-camarada N. era membro do CC. Nunca colocou em consideração as formulações sobre as “opressões”. Na fase preparatória do Congresso, N. não se pronunciou sobre as críticas que começávamos a esboçar sobre a pseudoteoria do gênero e do machismo, tão em voga pela esquerda acadêmica, pelo feminismo pequeno-burguês e pela esquerda centrista. Já havíamos rechaçado a orientação mundial da ONU sobre o conteúdo burguês do feminicídio, o que não deve ser confundido como negação da existência de brutal violência contra as mulheres. Já havíamos mostrado os limites da Lei Maria da Penha. Tivemos o mesmo esmero diante da questão racial. O POR foi uma das poucas correntes de esquerda que demonstrou a falácia da política reparação histórica, de cotas, etc. Nadou contra a maré da demagogia petista e das esquerdas que a ampararam. Tínhamos uma deficiência – faltava uma formulação sobre a opressão contra os homossexuais, o que hoje está em parte superada. O ex-camarada N., porém, manteve sua posição oculta do CC. Justamente, nos três meses de preparação do Congresso, a célula da Bahia enviou uma resolução cuja introdução atacava a direção e formulava uma revisão programática, porém sem dizer que se tratava de tal objetivo.

Não há nada de mal em rever o programa, mas é preciso que se aponte onde e por que deve ser feita a revisão. Trata-se de superar insuficiência? Trata-se de clarear as formulações? Trata-se de incorporar novas experiências? Ou trata-se de rever fundamentos e princípios? A célula da Bahia se colocou nesse último terreno. Os demais, sem dúvida, seriam contribuições, que viriam para fortalecer as posições do partido. Os ex-camaradas se lançaram a uma aventura revisionista. É bom

alertar que não se deve confundir revisão como revisionismo. Em outras palavras, a revisão pode ser necessária, devido às novas condições, ou não ser necessária, expressando a existência no partido de uma posição revisionista. Esse foi o centro do embate entre a direção e a cél. da Bahia. Tratamos a resolução divergente da linha partidária como fruto do revisionismo, que se triunfasse colocaria o POR no terreno do centrismo e do reformismo (PSTU, MRT, PSOL).

O ex-camarada N. tinha o dever de ter aberto a discussão no CC. Mas ocultou a posição e a partir da cel. da Bahia abriu fogo contra o fundamento básico do programa *de que toda opressão é de classe*, inclusive a opressão nacional. Evidentemente, há que determinar as particularidades concretas. O CC caracterizou a atitude de N. de faccional, contudo sem levantar um dedo ao direito de divergência e da cel. da Bahia de defender sua resolução. Vários boletins internos foram prontamente editados. Todo o partido esteve envolvido nesta divergência. Na abertura do Congresso, N. exigiu que se discutisse antes de tudo a acusação contra ele de faccionalismo e quebra do centralismo democrático, de forma que se fosse comprovada a acusação que então o Congresso aprovasse uma punição. O camarada W. defendeu que não procedia a questão de ordem uma vez que se tratava de uma crítica feita no transcurso do embate e que nem a direção e nenhum dos delegados propunha punição. Tratava-se tão somente de demonstrar as deformações introduzidas por N. ao ocultar sua posição no CC e usar a cel. da Bahia como trincheira da formulação revisionista. Estamos sendo detalhistas na sequência dos fatos devido às falsas acusações que agora compõem na Carta. A grande maioria votou que não procedia a questão de ordem.

No ponto de pauta sobre as opressões, o ex-camarada Ivan se limitou a responsabilizar a direção por bloquear a intervenção do partido no movimento das mulheres, dos LGTBs e dos negros, criando assim um muro sectário entre o partido e os movimentos. Não deu a mínima importância em demonstrar os fundamentos de sua tese contra a resolução do CC. O Congresso rechaçou integralmente as posições da cel. da Bahia, que contou apenas com quatro votos, dois da Bahia e dois do Ceará. Como dissemos acima, em seu balanço do Congresso, os ex-camaradas da Bahia procuraram adaptar sua posição com a justificativa de não havia dissensão programática, que a diferença estava em que a tese da Bahia fazia uma distinção entre exploração e opressão. Agora, em sua Carta, faz sua defesa na mesma linha do ajuste. A Carta é eivada de citações, mas os ex-camaradas se esquecem de transcrever passagens fundamentais de suas teses revisionistas. Para o bem da verdade, deveriam publicar a resolução juntamente com a Carta, assim permitiriam que “os ativistas, militantes e organizações de esquerda” fizessem seu julgamento. Temos a certeza de que uma boa parte vai concordar com a revisão proposta, mas os honestos poderão ver que os ex-camaradas da Bahia estão mudando em alguns graus a formulação.

Diz a Carta que travamos uma “luta completamente abstrata contra conceitos, por fora dos movimentos sociais contra

Os ex-camaradas, embora tenham consciência de que apenas expressaram sua posição entre outubro e janeiro, afirmam que “há quase um ano” vinham “travando uma dura luta interna contra as posições sectárias, ultimatas e abertamente conservadoras do partido em relação às opressões”.

as opressões”. Ocorre que os ex-camaradas introduziram no partido uma distinção conceitual entre “**opressão de classe e opressão social**”. Esse é o título dado do ponto 6 ao 11 da resolução revisionista. O ponto 6 diz: “A opressão de classe é definida pelas relações de propriedade privada na sociedade de classe”. (...) “O desenvolvimento histórico fez surgir outras formas de opressão que se assentam na opressão de classe, mas que se elevam sobre ela e se desenvolvem paralela e intimamente, ou seja, dialeticamente. A essas outras formas de opressão, **que não a de classe** (grifo nosso), daremos o nome de opressão social”. Que opressões sociais que **não a de classe** são essas? A resposta está no ponto 7: “O machismo, o racismo e a homofobia são opressões sociais.” O que quer dizer, traduzindo nos termos da tese 6, **opressão que não a de classe**. Discutimos exaustivamente no Boletim Interno essa revisão programática do POR. Mostramos que é uma invenção acadêmica a tentativa de definir dois tipos de opressão. Invenção essa que serve para combater a teoria marxista da opressão de classe. Os centristas se ocuparam de divulgar e de sustentar tal aberração como se fosse um aperfeiçoamento necessário do marxismo. A resolução como um todo ficou comprometida com tal artifício. Nada impede que os ex-camaradas publiquem sua resolução na íntegra e juntamente os Boletins Internos! Para o bem da verdade e da honestidade, é aconselhável que o façam uma vez que usaram as redes sociais para difamar o POR. Não venham em sua carta dizer que apenas distinguem exploração de opressão e que estamos fazendo luta conceitual puramente abstrata. Que os ex-camaradas mostrem onde no programa do POR existe tal distinção, mostrem onde na Resolução da III Internacional, que dizem defender, aparece a distinção de opressão de classe e opressão social, mostrem em algum documento do marxismo-leninismo-trotskismo em que tal distinção apareça. Não conseguirão fazer porque estão com os pés no terreno do revisionismo.

Dizem na Carta que “o POR sempre teve muita dificuldade de trabalhar os direitos democráticos entre os explorados”, mas que “nos últimos anos, além das dificuldades enfrentadas na defesa dos direitos democráticos somou-se à incapacidade e falta de iniciativa de travar a luta contra as opressões”. Se é certo que **sempre** tivemos tal dificuldade por que somente agora a cel. da Bahia resolveu reconhecê-la? Nos anos que os dois ex-camaradas militaram no POR nunca fizeram nenhuma crítica. Nunca formularam uma posição para superar a suposta falha. O problema é que agora que descobriram na esquerda acadêmica e nos centristas que existe opressão que não é de classe resolveram revelar um segredo guardado há tantos anos. Mas que luta democrática o POR não travou? O leitor não encontrará resposta. Não respondeu ao aborto? Não respondeu ao assassinato de mulheres? Não defendeu o direito democrático dos homossexuais se casarem, terem famílias, adotarem filhos? Não têm posição contra o estupro? Não participou de manifestações? Boicotou alguma luta do feminismo? Deixou de defender nos sindicatos suas posições? Não esteve à frente da ocupação do SAS (USP) contra estupros? Não lutou para que se constituísse uma comissão do movimento, independente da

burocracia universitária? Os ex-camaradas não terão resposta real e honesta para tais perguntas. Ocorre que a compreensão, a formulação e a resposta prática diferem e se chocam do feminismo reformista, com os coletivos LGTBs que expressam o governismo, que separam sua condição de oprimidos dos demais oprimidos, que procuram a via de solução nas leis repressivas, na punição, na cultura e na educação. Quando o POR revela que a tal “cultura do estupro” e a bandeira de “machismo mata” são típicas do reformismo e compatíveis com a política burguesa, não está negando a luta democrática, nem renunciando a ela, mas condicionando-a à luta revolucionária pela destruição do capitalismo. Afirmamos: “o capitalismo mata!”, “Mulheres e homens, unidos pela consciência de classe, lutemos contra todo tipo de opressão!”.

É claro que essa linha do POR está em desacordo com aquela que inventou a tal da opressão de gênero, que como tal não é de classe. Está em desacordo em transformar a opressão sofrida pela mulher como sendo luta entre homens e mulheres. Ocorre que os dois ex-camaradas não vão ao fundo de sua recém-descoberta de que é preciso distinguir opressão de classe da opressão social. Se fossem consequentes, veriam que seu destino é o de se juntar aos reformistas e centristas. Tudo indica que Ivan, nesse sentido, se mostrou consequente com seus ataques ao POR.

Diz a Carta que caracterizamos os “movimentos contra a

O ex-camarada N. tinha o dever de ter aberto a discussão no CC. Mas ocultou a posição e a partir da cel. da Bahia abriu fogo contra o fundamento básico do programa de que toda opressão é de classe, inclusive a opressão nacional.

opressão pejorativamente como movimentos de classe média” e que a “luta contra as opressões é assunto secundário”. São mais dois argumentos para provar que temos uma posição sectária. Desde quando caracterizar a composição e o conteúdo de classe de um movimento como pequeno-burguês é pejorativo? Os marxistas se baseiam invariavelmente na mecânica das

classes sociais. Como será que os ex-camaradas da Bahia caracterizam esses movimentos no Brasil? De composição proletária? De conteúdo político-programático proletário? Não sabemos, uma vez que deformam as caracterizações poristas e não dizem quais são as suas. Não temos a menor dúvida de que o movimento das mulheres, dos LGTBs e de combate ao racismo não são protagonizados pela classe operária, mas por uma pequena camada da classe média urbana. Há algum mal em caracterizar corretamente os movimentos? Em absoluto, não! Ao contrário, é necessário. O grande problema e o limite dos movimentos contra as opressões estão em que a classe operária dista muito em encarná-lo. E qual é o conteúdo de classe da política de tais movimentos? São organizados e controlados pela política reformista, prendem-se ao corporativismo e via de regra assentam-se em interesses eleitorais. Nem por isso o POR se negou ou se nega a intervir. Mas sempre para defender a política do proletariado. É compreensível que nos choquemos com as direções desses movimentos, que em grande medida estão inseridas em setores da classe média. A caracterização dos movimentos de luta contra a opressão é importante para saber quando avançam em posições progressivas e quando servem a posições regressivas. Quando houve a campanha nacional dos meios de comunicação – com a rede Globo à frente – em torno do estupro coletivo, as manifesta-

ções feministas não apenas foram incapazes de se distinguir da demagogia burguesa do que se chamou de “cultura do estupro” como a ela serviram. No Rio Grande do Norte, fomos atacados por um coletivo e por sua direção estudantil que negociava com a burocracia universitária uma política de cooperação sob a bandeira de igualdade de gênero. Na ocupação do SAS, na USP, houve um boicote dos coletivos de mulheres, negros e homossexuais. E sobre o argumento de que o POR considera a luta contra as opressões assunto secundário, a Carta informa corretamente que essa foi uma consideração da cel. do Paraná. Os ex-camaradas, por conta própria, a estendem à direção, ao secretário geral e conseqüentemente ao Congresso. Mas deixemos clara a posição sobre se é secundário ou não. É imprescindível que se diga secundário em relação a quê. Se ao contrário, como dizem os ex-camaradas da Bahia, é primário em relação a quê. Caso contrário, não tem sentido político. O que temos como necessidade fundamental, portanto, primário, é constituir o partido no seio do proletariado. O esforço do partido deve se dirigir a esse objetivo histórico. A intervenção e o trabalho no interior da pequena-burguesia devem servir a essa tarefa. Está aí por que os marxistas lutam para imprimir no movimento pequeno-burguês a política do proletariado. Ocorre que os camaradas da Bahia não assimilaram essa formulação. Todas as regionais fazem ou fizeram trabalho operário. Quanto mais sistemático for o empenho das células de se dirigirem à classe operária, mais claro fica esse objetivo, mais firme fica a noção de primário, mais se entende a importância do secundário e mais evidente fica a luta pela construção do partido revolucionário. Ocorre que a cel. da Bahia não mexeu uma palha para impulsionar essa tarefa. Nunca se dispôs a formular respostas à classe operária, por meio do Boletim Nossa Classe. Nunca expressou no jornal Massas o que se passava com os operários da Bahia. Os ex-camaradas se prenderam excessivamente à pequena-burguesia, tornando o trabalho político em seu interior como primário. Isso explica por que sucumbiram às pressões da esquerda acadêmica e do centrismo em relação às opressões. Isso explica por que, depois de apresentar uma resolução revisionista, pretendiam que a linha principal do partido se dirigisse aos movimentos corporativos das mulheres, dos LGTBs e dos negros. E assim defenderam que o partido devia se lançar a formar os coletivos. Como a direção rechaçou prontamente esse desvio, os ex-camaradas passaram a qualificar a linha revolucionária do POR de “sectária”, “ultimatista”, etc.

A cel. da Bahia afirma que a direção procurou impor-lhe, após o Congresso, ou a formação de uma fração ou a autocrítica. Absolutamente, impropriedade. O que o CC fez foi apresentar as duas variantes possíveis, uma vez que a divergência era de ordem programática. Os camaradas rechaçaram simplesmente com o falso argumento de imposição. Apresentar duas alternativas não é impor, mas prever o curso que tomaria a divergência após o Congresso. Tanto foi assim que os ex-camaradas se negaram, a direção acatou e apenas rejeitou a acusação infundada de imposição. No trecho transcrito na Carta de seu balanço, temos: “A célula da Bahia defendeu as suas posições com inteira consciência e convicção. Uma vez o Congresso

tendo decidido pela aprovação da resolução apresentado pelo CC., não há que se falar na existência de ‘dois programas’ no interior do partido”. Ao não admitirem que a sua tese introduzia uma formulação antimarxista no programa do POR, se socorreram do argumento formal de que uma vez aprovada a resolução do CC a questão estava encerrada. Ao afirmarem que mantinham sua posição internamente, embora externamente defendessem a posição oficial do partido, expunham a formalidade da declaração. O que significava concretamente continuar defendendo internamente a tese derrotada? Significava agir como fração sem se declarar como tal. A conduta faccional do ex-camarada N. que expusemos anteriormente continuava vigente e com ela a conduta da cel. da Bahia. As duas alternativas que o CC (ou autocrítica ou fração) apresentou se basearam na caracterização de que o Congresso decidiu sobre duas teses programáticas opostas, portanto, irreconciliáveis. Nosso regime interno, centralista democrático, prevê no caso de divergência programática o direito de fração. Se os ex-camaradas dissessem, mantemos nossa posição derrotada, continuamos a lutar internamente por ela em oposição à resolução majoritária, portanto, nos declaramos fração, O CC, sem dúvida, imediatamente a reconheceria e estabeleceria as condições de seu funcionamento de acordo com os fundamentos do centralismo democrático, regulamentado nos Estatutos. Mas os ex-camaradas se esconderam por trás da formalidade de que não havia dois programas, apenas um programa aprovado no Congresso. Claramente falso, continuava no seio do partido

Claramente falso, continuava no seio do partido dois fundamentos opostos: o que diz que toda opressão é de classe; e o que diz que há opressão que não é de classe.

dois fundamentos opostos: o que diz que toda opressão é de classe; e o que diz que há opressão que não é de classe. Nisto residem os dois programas. É imprescindível ter claro que uma divergência de princípio é programática

e, portanto, abre uma cisão no partido. Justamente por resultar em uma cisão no plano dos fundamentos é que o regime partidário centralista democrático prevê uma forma organizativa, que é a fração. Os estatutos a distinguem da tendência (direito de tendência), que corresponde a uma divergência tática. Se a divergência tática se revelar como divergência programática, passará à condição de fração. Como o próprio conceito expressa, a fração é em princípio uma cisão, que poderá evoluir ou não. A fração deve ser constituída sobre a base de um documento que expresse a divergência programática, terá direito de se expressar no Boletim Interno sem restrição da direção e poderá se reunir à parte como fração. A fração tem o dever estatutário de agir de acordo com o centralismo democrático. Não se pode confundir o direito de fração com indisciplina e anarquia organizativa. A centralização partidária não é rompida, assim se garantirá a democracia e vice-versa, ou seja, se a democracia não é rompida a centralização é garantida. Essa é a relação que terá a fração com a direção e assim todo partido intervirá organizadamente na luta interna programática, até sua conclusão. O direito de fração é parte constitutiva do centralismo democrático, que somente os partidos leninistas têm e garantem. Foi instituído a partir da rica experiência da luta fracional no seio da socialdemocracia russa, que finalmente separou bolcheviques e mencheviques. O que permitiu à fração liderada por Trotsky, finalmente, se fundir com o bolchevismo.

O direito de fração serve tanto para evitar a cisão quanto para chegar a ela. O que em grande medida depende da conduta tanto da fração quanto da direção, ou seja, da vigência do centralismo democrático e da clareza como a divergência se processa de acordo com os acontecimentos. Está aí por que não se pode abrir uma brutal luta no Congresso em torno de posições programáticas e depois dizer que só há um programa, sem o devido reconhecimento do erro cometido. O pior que poderia acontecer era manter a luta fracional disfarçada, como já havia sintoma.

O rompimento de Ivan foi a demonstração de que sua compreensão e de que sua conduta militante já não era compatível com o programa do POR. Estava imbuído de posições estranhas ao marxismo. A Carta de Ivan expõe a aversão ao empenho sistemático do POR de defender a estratégia da revolução e da ditadura do proletariado. Essa é a aversão de toda variante de centrismo, revisionismo e reformismo. A cel. da Bahia deveria rechaçá-la de acordo com a sua afirmação de que “não há dois programas”. Não a rechaçando, por meio do silêncio, fez o triste papel de se colocar sob o ataque de Ivan tão desmedido contra o POR. Não há pior conduta que o silêncio na luta política. Uma vez que não rechaçou o rompimento e a Carta de Ivan, a cel. da Bahia já não tinha o que fazer nas fileiras do partido. Estava abrigada à sombra da ruptura de Ivan. Imediato à sua ruptura – descrita acima -, a cel. da Bahia resolveu se declarar fração. Mas sob que alegação? Não disseram que havia apenas um programa? Enviaram à direção o documento sobre o qual se formaria a fração, tendo por fundamento a divergência programática? Não, não fizeram! Divulgaram um texto à revelia da direção, que não mencionava nada sobre a divergência programática. Requentava a reclamação de que foram impedidos de se defenderem no Congresso contra a acusação de quebra do centralismo democrático. Que o secretário geral e o CC. não admitem divergências internas ao POR. Que o partido está perdendo imensas possibilidades de intervenção. Que a direção não tem força moral e legitimidade política para dirigir o partido. Sobre a divergência em torno às opressões, não se diz nada. Quando se chega ao fundo do poço da inconsequência, já não se tem limite à apelação de recursos e meios alheios à construção do partido revolucionário.

Os ex-camaradas tiveram todas as condições para defender sua proposição revisionista no Congresso, ocorre que foram esmagadoramente derrotados. Tiveram as condições para continuar com suas posições internas na forma de uma fração, ainda que restrita a quatro militantes da Bahia. Ocorre que os acontecimentos obrigaram o partido a defender o programa (estupro coletivo no Brasil, assassinato coletivo de homossexuais nos Estados Unidos, assassinato de negros nos Estados Unidos, ocupação da SAS na USP), na forma do jornal Massas, panfletos e folheto, o que não permitiu adormecer o choque que tivemos no período do Congresso. Os ex-camaradas, em vez de se pronunciarem no Boletim Interno, reclamaram que a direção estava travando a luta faccional contra a cel. da Bahia. Evidenciaram o incômodo com a aplicação da linha aprovada no Congresso. Como iriam defender externamente a posição do POR que rechaçava a bandeira burguesa de “cultura do estupro”? A possessa reação de Ivan contra a sintética formulação da ata do CC, a qual fez questão de divulgá-la em sua

Carta – mas que deixou de citar as fundamentações publicadas no jornal Massas –, e que agora a Carta da Bahia retoma, indicou a impossibilidade dos ex-camaradas permanecerem no partido. Não digam que foi graças “à insistência autoritária do secretário-geral e do CC.” que vocês decidiram constituir a fração. Digam que estavam por romper com o partido porque não poderiam aplicar externamente a resolução do Congresso. Não digam que não há democracia interna, digam que se negaram a constituir a fração com o falso argumento de que não havia dois programas e que com a ruptura de Ivan se tornou insustentável a continuidade da militância abnegada e disciplinada pelo programa revolucionário. Não digam que há uma “degeneração político-organizativa” do POR, digam honestamente que romperam com os princípios, fundamentos e estratégia revolucionários. Não digam que liquidamos a frente docente universitária, digam que vocês liquidaram a célula do POR na Bahia. Não digam que o POR se tornou sectário graças ao secretário-geral e ao CC., digam que vocês abraçaram a causa dos centristas e oportunistas.

Sabemos que um partido embrionário inevitavelmente carrega traços sectários, que expressam as dificuldades de penetrar no proletariado e de se tornar direção das massas. O POR deu um importante e imprescindível passo, que foi o de elaborar o programa, o que exigiu tempo, acúmulo de experiência e formação de quadros. Certamente, com o avanço de nossa construção nos movimentos nos depararemos com novas condições que exigirão novas formulações. É o que ocorreu com a questão das opressões. Não foi por capricho que neste último período tivemos de delimitar nossa posição programática da pseudoteoria de gênero e de machismo, que em sua essência é a negação do fundamento classista da opressão. Os ex-camaradas se colocaram na contramão. Não com ideias próprias. Mostraram-se suscetíveis às pressões dos movimentos que encarnam tais proposições e que acabam confluindo com a política burguesa de fachada reformista e eleitoreira. Que correntes têm maior ascendência sobre os coletivos, as manifestações e a política sobre as opressões nas organizações estudantis, docentes, de funcionários, etc.? Sem dúvida, o PT, PSOL e PSTU, seguidos do MRT. Nosso 13º Congresso os submeteu a uma clara delimitação programática. Os ex-camaradas da Bahia reagiram precisamente em defesa das posições centristas. É por essa via que passaram a caracterizar o POR como sectário e a hostilizar raivosamente a direção. É uma monumental inverdade a acusação de que o partido não atua nas lutas. Não se pode confundir as debilidades organizativas e de quadros com uma deliberada política de se ater à propaganda abstrata do programa, ou, como dizem nossos adversários centristas, à estratégia da ditadura do proletariado. O ex-camaradas têm ciência dos esforços que dependemos para ir às fábricas com o boletim Nossa Classe e sabem das discussões críticas sobre essa tarefa. Em todas as frentes, nossas células estão ligadas às lutas, às greves, às ocupações de escola, às manifestações e bloqueios. Inúmeros são os folhetos que se gestaram na intervenção do partido nos movimentos grevistas. Demos importantes passos na superação da limitada fase de propaganda, própria da construção inicial do partido, embora não a vencemos e ainda estamos longe de vencê-la. E o temos feito com o programa. Não recorreremos aos fáceis expedientes das aproximações oportu-

nistas. Não ocultamos o que pensamos e o que defendemos. E se há um cuidado extremo é o de compreender diariamente as condições objetivas da situação econômica, política e das tendências das massas. Somente não fazemos melhor e com maior precisão é porque sofremos com a escassez de quadros e de penetração no proletariado. Na Carta, os ex-camaradas afirmam: “Praticamente todas as correntes de esquerda que têm alguma expressão na luta de classes alegam que o POR é um partido sectário, ultimataista (...)” Está aqui a confissão de que há muito se colocaram sob a influências dos adversários programáticos do POR. Faltou ir ao essencial, como fez Ivan em sua ruptura com o partido. Eis: “É sabido na esquerda e é uma verdade que o POR é uma organização extremamente sectária que não sabe trabalhar as reivindicações democráticas (...). “Parece que, para o POR basta agitar as bandeiras de governo operário e camponês e ditadura do proletariado até a exaustão que as massas compreenderão essa necessidade histórica. ” Como se pode ver, a primeira parte da Carta dos ex-camaradas reproduz o que diz Ivan. A segunda é omitida. Apenas ficou oculta. Exatamente esse é o ponto. Os centristas e revisionistas se caracterizam por se negar a luta sob a clara estratégia da revolução proletária. O que não o faz sectários, mas, com absoluta certeza, oportunistas. Essa confissão dos ex-camaradas indica sem atenuantes que estavam completamente de acordo com a Carta do Ivan. Aqui está o fundo da divergência, a essência. Os ex-camaradas somente agora resolveram expressá-la de forma sorrateira. Deveriam tê-la apresentado no Congresso. Essa acusação de sectarismo na realidade diz respeito à estratégia. A divergência sobre as opressões, de fato, ocultou o essencial.

Na Carta, os ex-camaradas dizem que o POR diante da crise política se “limitou a fazer debates e não agiu concretamente no sentido de engrossar as manifestações contra o impeachment”. Ora, os ex-camaradas deviam começar por demonstrar qual foi a posição do partido e a partir dela explicitar a tática. Não é verdade que nos limitamos a fazer debates, fizemos propaganda contra o golpe e pela estratégia do governo operário e camponês. Não nos limitamos ao movimento estudantil, trabalhamos com o Boletim Nossa Classe na porta de fábricas. Entreviemos no sindicato de professores de São Paulo (APEOESP) para que se colocasse por uma frente de luta pelas reivindicações dos explorados e por sua unidade nacional, Veja se é necessário acrescentar: participamos do Espaço Unidade de Ação e dos atos de rua por ele convocados, criticando a posição oportunista e sectária do PSTU. Se o POR tivesse o porte do PSOL ou do PSTU, teria organizado manifestações próprias, distinguindo-se da disputa interbuguesa. Defendemos e lutamos pela independência de classe dos explorados sob a bandeira de “Abaixo o Golpe”. “Que somente aqueles que elegeram podem destituir o eleito!” Rechaçamos tanto as posições do PSTU quanto do PT, PCdoB e PSOL. Não assumimos a conduta seguidista de PCO e MRT. O ex-camaradas

descaradamente ocultam que em nenhum momento questionaram a linha do partido. Vejam o que dizem: “A célula da Bahia chegou a questionar junto ao secretário-geral qual era a tática do POR diante do golpe: participaríamos ou não das manifestações convocadas de maneira independente? Nenhuma resposta séria”. Já não nos impressiona a que ponto os ex-camaradas revisionistas puderam chegar. O que é nenhuma resposta séria? Que os ex-camaradas digam qual foi a resposta do secretário-geral. Que publiquem a breve correspondência por e-mail. Mas o fundamental está no seguinte: se os camaradas tinham uma posição oposta à linha do partido deveriam ter se manifestados imediatamente no Boletim Interno. Não fizeram nada! A conduta de se calar e depois atacar não é própria de revolucionários. Não é certo que a defesa da frente sindical e política de luta foi abstrata, esteve de acordo com as necessidades dos explorados, diante da brutal onda de demissões e da ofensiva governamental de liquidação de direitos trabalhistas e previdenciários. Foi justamente a via que o POR teve para se contrapor à política estratégica da Frente Brasil Popular e de seus aliados, defender

Ocorre que os ex-camaradas introduziram no partido uma distinção conceitual entre “opressão de classe e opressão social”.

Esse é o título dado do ponto 6 ao 11 da resolução revisionista. O ponto 6 diz: “A opressão de classe é definida pelas relações de propriedade privada na sociedade de classe”. (...) “O desenvolvimento histórico fez surgir outras formas de opressão que se assentam na opressão de classe, mas que se elevam sobre ela e se desenvolvem paralela e intimamente, ou seja, dialeticamente. A essas outras formas de opressão, que não a de classe (grifo nosso), daremos o nome de opressão social”.

as reivindicações das massas e seu método de luta. Essa via permanece sob o governo golpista de Temer. Os ex-camaradas da Bahia se negaram a participar da escola de quadros que teve como um dos temas a crise, a posição do POR e as esquerdas. Mais uma vez se refugiaram na sombra. Negaram-se a apresentar um balanço oposto. É compreensível que militantes que ocultam suas divergências e não formulam uma posição no momento em que os acontecimentos se desenvolvem, depois as destampam sem critério, sem método e sem seriedade. A democracia e a centralização do partido se testa, se desenvolve e se consolidada com a militância ativa,

que avalia constantemente a linha política e a tática e que demonstra os erros quando os veem como perigo para o programa, para a intervenção e para a formação dos quadros. Quem oculta sistematicamente posições não contribui para a construção partidária. Não tem a condição e nem o direito de acusar a direção de não orientar corretamente o partido.

Nossa tarefa é a de construir o partido-programa. A liquidação do trabalho do POR na Bahia é um peso custoso. Mas temos a convicção de que não foi consequência da política revolucionária do POR. Todos que lerem a Carta de Ivan e a Carta dos ex-camaradas verão que se chocam com o percurso de construção partidária de mais de 25 anos. Acabamos de publicar o quarto livro com nossas formulações. Não temos nada a ocultar do passado. Redigimos essa resposta à Carta dos ex-camaradas não para manter a discussão externa de nossa divergência programática. Mas para colocar a verdade no seu devido lugar. O futuro acabará de dirimir alguma dúvida que por ventura a Carta tenha suscitado na militância classista e revolucionária. Lutemos para superar a crise de direção! Viva a construção do Partido Operário Revolucionário!

Comissão Executiva do CC

Resposta aos difamadores do POR

As duas manifestações públicas – via redes sociais – sobre a Carta dos ex-camaradas da Bahia transparecem claramente as deformações e imposturas sobre a real causa do rompimento. Transparece também a irresponsabilidade e o ataque sem princípios a uma organização revolucionária que tem um percurso de construção baseado na luta pelo programa, na formação de quadros leninistas, na sistemática defesa das reivindicações dos explorados, no trabalho no interior das organizações de massa, no combate pela democracia operária, na reação inflexível à estatização dos sindicatos, na resistência ao divisionismo sindical, na rejeição ao corporativismo, na denúncia dos desvios reformistas e eleitoreiros, no rechaço ao carreirismo, no incentivo à ação direta dos oprimidos, no desenvolvimento da estratégia da revolução proletária e do internacionalismo revolucionário.

O jornal Massas expõe com absoluta clareza as posições do partido, voltadas à classe operária e aos demais oprimidos. Publicamos quatro livros: “25 anos do POR”, onde constam os Congressos e Conferências neste lapso de tempo; “Programa” que resultou do acúmulo de experiências e formulações em anos de árduo trabalho; “Socialismo ou Barbárie”, que traz um balanço do golpe militar no Brasil e no Chile e um conjunto de acontecimentos que vão desde a intervenção imperialista em vários países do Oriente Médio, passando pela crise na Ucrânia, até os acontecimentos que envolveram a desintegração da Grécia; por último, publicamos “O Ascenso e Queda do PT”, onde reunimos as posições do POR desde a origem desse partido até a presente crise; aí estão expostas todas as formulações do trotskismo sobre o processo de impeachment e o golpe de Estado. Somase a esse esforço de expor sem subterfúgio as posições do POR inúmeros folhetos que resultaram da participação do partido nas greves, ocupações e manifestações. Submetemos as posições das esquerdas à severa crítica, tendo por base os acontecimentos da luta de classes, nacional e internacional.

A militância e a vanguarda proletária que queiram conhecer a fundo o desenvolvimento do POR podem ter em mãos os seus escritos. Têm um rico material que diz sem atalhos se nosso partido está alicerçado no marxismo-leninismo-trotskismo ou não. Não temos dúvida que resistirá, nos seus fundamentos, às críticas sérias, honestas e revolucionárias. Os grandes acontecimentos vêm confirmando a consistência do programa do POR. É o que se pode depreender da gigantesca crise política, que abateu o governo do PT e que começou a realinhar as forças da burguesia para enfrentar o próximo período da luta de classes. Analisamos passo a passo os choques interburgueses, caracterizamos a ofensiva do golpismo como um produto de tais choques, indicamos suas razões econômicas, demonstramos a incapacidade do petismo de se livrar das amarras da institucionalidade burguesa, distinguimos meridianamente por que era um golpe de Estado, demonstramos apoiados nos fatos que a Frente Brasil Popular e seus aliados subordinavam

a resistência ao golpe aos resultados do Congresso Nacional, defendemos que para quebrar a espinha dorsal da direita golpista era preciso partir das necessidades das massas (responder às demissões, à alta do custo de vida, à quebra de direitos, aos assassinatos no campo, ao avanço da militarização do Estado, etc.) e chamamos a constituir uma frente sindical e política.

O POR foi claro em afirmar e defender que as forças revolucionárias, proletárias, contrárias ao golpe deveriam se colocar pela estratégia de poder próprio dos explorados, ou seja, da luta por um governo operário e camponês, expressão da ditadura de classe do proletariado. Essa era a condição para desenvolver a resistência no campo da independência de classe, não ser arrastado pelas condições estratégicas impostas pela disputa interburguesa e intervir em frente única com todos que se colocavam pela derrota dos golpistas (marchar separado e golpear juntos, como estabelece a tática leninista). A decisão de não participar das manifestações da Frente Brasil Popular se deveu à necessidade de combater sua estratégia de subordinação aos resultados do Congresso Nacional e sua política contrária à mobilização da classe operária a partir de suas necessidades.

O impeachment está para ser concluído e já temos clara a capitulação do PT e da Frente Brasil Popular. Seus deputa-

dos ajudaram a eleger o golpista Rodrigo Maia para a presidência da Câmara. O candidato do PT à prefeitura de São Paulo, Haddad, acha inconveniente atacar o governo Temer como golpista. Dilma Rousseff divulgou uma carta propondo um acordo nacional de pacificação nas disputas interburguesas. A direção do Sindicato Metalúrgico do ABC recorreu ao ministro do Trabalho de Temer e ao governador Alckmin para que intercedessem em favor de um acordo com a Mercedes Benz. A burocracia cutista continua a sacrificar os interesses dos explorados em

favor da conciliação de classes. Essa conduta de capitulação diante do governo golpista tem confirmado o acerto do POR em não misturar suas bandeiras com as da Frente Brasil Popular e em rechaçar sua estratégia de defesa do governo burguês de Dilma Rousseff.

Essa posição porista foi desenvolvida meses a fio e em consonância com os acontecimentos. No entanto, não houve uma só discordância interna. Os ex-camaradas que romperam com o programa do POR resolveram em sua Carta dar tiros a esmo e por todos os lados, ao ponto de se referirem a um suposto sectarismo. Não fizeram nenhuma consideração sobre o conteúdo da política do partido, limitando-se a reclamar do fato de não termos participado das manifestações da Frente Brasil Popular.

Como dissemos no início desta resposta, duas manifestações públicas deformaram e falsificaram o que de fato levou os ex-camaradas da Bahia a renunciarem à luta pela construção do POR. A militância verá que a LBI reprova os ex-camaradas por terem se adaptado “ao chamado campo democrático”. Ao mesmo tempo, acusa sem nenhuma fundamentação de termos ficado entre a “linha política do PSTU” e a “política de PCO

pró-Dilma”. Toma o que foi dito pelos ex-camaradas como se de fato tivessem se colocado contra a linha do POR. E coloca-se contra eles para combater o POR. Seu objetivo não é mostrar o buraco em que se meteram os ex-camaradas da Bahia. Ao contrário, a LBI se serve deles para atacar o POR. Esse é um grupo que se refugiou na internet. Há muito o caracterizamos como caluniador. Temos um volumoso folheto que serve de comprovação. Vejam como os escroques usaram a capa do jornal Massas para fazer sua infame calúnia. Colaram suas mentiras em um instrumento de construção do partido revolucionário e de defesa dos explorados, que traz a bandeira “Fora o ministro do governo golpista do sindicato”. Que partido de esquerda atacou tão frontalmente a capitulação do PT e de sua burocracia ao golpe? Resolvemos responder ao seu inescrupuloso ataque via redes sociais porque ajuda a compreender até que ponto uma posição revisionista, expressa na Carta da Bahia, pode auxiliar os inimigos do marxismo mascarados de socialistas, revolucionários, trotskistas, etc.

A tal da TML, por usa vez, procurou outra via para desfechar o ataque. Foi direto para o embuste, referindo-se ao acerto dos ex-camaradas da Bahia. É tão mentirosa a afirmação que vamos reproduzi-la: “Assim, os camaradas da Regional da Bahia que foram excluídos do POR defendem a luta contra o golpe da burguesia e do imperialismo norte-americano, por isso foram expulsos.” Não interessa a essa gente o que é verdade. Como a verdade é prática, o que afirma não tem um pingão de lastro real. Sobre a base de uma inverdade dos ex-camaradas da Bahia, se montou o grosseiro embuste de que foram excluídos do POR em razão da defesa que fizeram em torno do impeachment. A miséria política é tamanha que a TML resolveu se opor às estultícias da LBI para propor aos “companheiros da Regional da Bahia abrir e aprofundar uma discussão fraternal”. Quem é a TML? Um agrupamento que parasita o PT. Incapaz de ter uma política própria arrasta-se por trás do reformismo. Esteve subordinada à estratégia política da Frente Brasil Popular. Certamente, seu seguidismo – há correntes que põem fé de que se se estiver bem colada ao reformismo e à burocracia sindical de esquerda construirá o partido revolucionário – é incompatível com a linha desenvolvida pelo POR no interior da crise política que concluiu com o golpe de Estado.

LBI e TML não são nada. Repetimos, respondemos às suas infâmias para evidenciar a que ponto chegaram os ex-camaradas que começaram com a introdução da peregrina proposta de modificar os fundamentos programáticos do POR sobre o caráter de classe da opressão sobre a mulher e chegaram à negação da estratégia revolucionária. Ao se levantarem contra o programa, os ex-camaradas se colocaram na condição de liquidacionistas. Está aí por que acabaram servindo aos nossos adversários, que não se pejam em distorcer os fatos e desavergonhadamente aproveitam a miséria política dos ex-camaradas para difamar o POR. A LBI sabe que não tem como aproveitar os despojos da Bahia. E a TML acredita que ali pode ter algum proveito. Assim divergem formalmente em suas apreciações

sobre o valor do despojo, mas convergem no conteúdo do ataque ao trotskismo.

Entendemos que cisões e exclusões, bem como aproximações e fusões, transcendem aos envolvidos. Não é um problema particular à corrente política, como acabamos de presenciar com a cisão no PSTU. Devem, portanto, interessar à vanguarda e à classe operária, a depender da importância do partido em questão. É claro que o volume da crise no PSTU é estrondoso. Está aí por que nos interessamos e escrevemos um artigo. A militância verá que nos limitamos a uma caracterização do acontecido, procurando mostrar a importância do programa. Anteriormente, houve uma cisão no PCO. Decidimos aguardar o seu desenvolvimento. O rompimento dos ex-camaradas da Bahia, certamente, tem uma diferença que deve ser assinalada. O certo é que se auto excluíram, enveredando pela revisão da concepção marxista quanto à opressão sobre a mulher. As outras manifestações – discriminação racial e à homossexualidade – são decorrências. A fábula sobre o sectarismo do partido diante do golpe de Estado serviu para desviar a atenção do real motivo da dissensão. Era do nosso interesse uma discussão séria e consistente com as correntes de esquerda, às quais os ex-camaradas recorrem em sua carta para denunciar o POR, sobre as duas formulações: toda opressão é de classe;

É tão mentirosa a afirmação que vamos reproduzi-la: “Assim, os camaradas da Regional da Bahia que foram excluídos do POR defendem a luta contra o golpe da burguesia e do imperialismo norte-americano, por isso foram expulsos.” Não interessa a essa gente o que é verdade. Como a verdade é prática, o que afirma não tem um pingão de lastro real.

e opressões sociais não de classe. Mesmo no terreno que serviu de refúgio aos ex-camaradas que passaram a advogar que o que defenderam e defendem é que há uma distinção entre exploração e opressão social seria útil para expor as divergências. Se assim fosse, as deformações montadas pelos ex-camaradas teriam alguma utilidade. Como se interessaram pelo acontecido – até onde nos chega o conhecimento – dois grupos que carecem de qualquer sustentação programática, que não têm tradição teórica (são mais franco atiradores do que qualquer outra coisa) e que não expressam uma política no seio dos movimentos, pouco proveito trazem para nossa experiência partidária e nenhuma lição deixarão para a vanguarda que luta pela construção do partido revolucionário. Permanecerão como mau exemplo de calúnia e difamação.

Temos os Boletins Internos e nossas atas do CC que podem ser partilhados com as correntes de esquerda que tiverem sério interesse em conhecer e discutir a separação dos revisionistas do POR. Os ex-camaradas foram excluídos por romperem a organicidade e a disciplina interna e não por divergirem ou pretenderem constituir uma fração. Sem a disciplina revolucionária, que se assenta no programa e por ele está determinada, não é possível o centralismo-democrático. O CC informou em sua resolução que os camaradas podiam recorrer a todas as instâncias do partido, mas preferiram a ruptura definitiva. Não temos dúvidas de que no caso de reconhecerem que fraturaram a disciplina partidária – consubstanciada na forma dos Estatutos – a militância os reintegraria. A imediata decisão de lançarem nas redes sociais uma carta cheia de inverdades que somente servirão aos franco-atiradores das redes sociais foi a mais clara demonstração de que já não tinham lugar nas fileiras do partido revolucionário.

Nesta edição:

- Bolívia: O que significa a ruptura da aliança entre cooperativistas e governo?
- Venezuela: Sinais da desagregação do regime burguês
- Colômbia: Assinado o “Acordo de Paz” Estado-FARCs
- Argentina: O jornal La Nación comanda o presidente

Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Bolívia

O que significa a ruptura da aliança entre cooperativistas e governo?

É necessário analisar agora, mais detidamente, quais as causas da ruptura do bloco cooperativista com o governo. Até as vésperas, parecia muito sólido porque se satisfaziam mutuamente em seus interesses materiais e políticos. Os cooperativistas, obtendo do Estado importantes concessões, tendo uma clara tolerância da parte dos governantes diante de seus intermináveis conflitos com as comunidades indígenas, com setores da mineração nacionalizada e privada, obtendo vários benefícios do Estado, como a dotação de máquinas, tarifas especiais de exportação dos minerais, etc. O governo, por seu lado, contava com o apoio político de um importante setor que se traduzia em milhares de votos, usava-os como força social de pressão contra os opositores ocasionais e como grupo de choque nos conflitos sociais. Evo Morales lhes deu tanta importância que criou cotas de poder, abrindo-lhes a possibilidade de participar no legislativo com seus próprios representantes e também permitiu que participassem de cargos importantes no poder central e estadual. Como se explica que, da noite para o dia, surja um conflito de semelhantes proporções que empurra os aliados a se enfrentarem de maneira tão brutal, tendo o governo atirado contra a mobilização, que resultou em três mortes, e os cooperativistas, por sua vez, respondendo com a tomada de reféns e com o assassinato de uma alta autoridade do governo?

Na raiz do problema está o choque das diferentes formas de propriedade que se dá na base econômica do país. Longe de uma relação harmônica e complementar, como assinala a Constituição Política do Estado, algumas formas de propriedade sobrevivem e se potenciam à custa da destruição de outras. Neste contexto, o governo entende que somente potenciando a grande propriedade privada pode minimizar os rigores da crise, obtendo importantes investimentos da empresa privada nacional e das multinacionais. De maneira que lhes oferece incentivos aos investidores para atrair capitais. Essa tentativa até agora fracassou nos setores que são a coluna vertebral da economia, como é o caso da mineração e do setor de extração de petróleo. De nada serviu o périplo realizado nos Estados Unidos e na Europa, oferecendo na bandeja de prata os recursos naturais do país. Por outro lado, desesperadamente, o governo pretende se mostrar diante do mundo como se fosse forte e capaz para proteger os interesses dos investidores, propalando aos quatro ventos que na Bolívia há uma paz social imposta pelo garrote do governo do MAS e segurança jurídica que

garante a intangibilidade dos capitais e dos lucros.

Também é preciso assinalar que, devido ao agravamento da crise, o regime do MAS já não está em condições de ceder às desmedidas exigências de seus aliados, que praticamente pretendem o controle de toda a mineração. Trata-se de um setor depredador das jazidas minerais e que não oferece nenhuma possibilidade de um impulso na produção mineira por meio da força primitiva de trabalho e nenhuma possibilidade de aumentar a arrecadação para o Estado, pela via de impostos e regalias em benefício das regiões.

O governo, em seu processo de acelerada entrega à grande empresa privada e às multinacionais, tem no setor cooperativo um obstáculo para seus interesses entreguistas. Provavelmente, aproveitará o desenlace do presente conflito, que se vislumbra com uma derrota do setor, para confiná-lo nas jazidas menos abundantes e reverter para o Estado as reservas mais ricas em minerais, como já estão exigindo os setores estatais da mineração. Não precisamente para nacionalizá-las, mas para entregá-las aos investidores privados.

Esse é o principal motivo da ruptura do pacto entre cooperativistas e governo, que está ligado ao objetivo de Evo Morales de potenciar a grande propriedade privada dos meios de produção. É o que explica sua direitização cada vez mais acelerada e a sua política entreguista.

É bom que os mineiros de Huanuni e Colquiri compreendam que tampouco o governo tem entre seus planos a política de desenvolvimento da mineração baseada na nacionalização. Deixou muito claro, em reiteradas oportunidades, quando assinalou que a etapa das nacionalizações já passou e o que corresponde agora é incentivar o investimento estrangeiro para amenizar as consequências da crise econômica. Aprendam com a experiência dos cooperativistas, para, quando chegar o momento de exigir maiores investimentos para salvar a mineração estatal e quando se vejam diante da necessidade de se mobilizar pelo direito ao trabalho, não terminem afogados em sangue. O Estado burguês e o atual governo, quando se trata da defesa da grande propriedade privada dos meios de produção, não duvidará em atirar naqueles que agora continuam sonhando com a possibilidade de que, com a ajuda do “irmão Evo”, se contará com o necessário financiamento para salvar a mineração nacionalizada.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2461, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Venezuela**Sinais da desagregação do regime burguês**
É imprescindível superar a crise de direção revolucionária e avançar à luta pelo poder

Em 1º de setembro, mais uma vez, situação e oposição se colocaram em choque nas ruas da capital, Caracas. As manifestações demonstraram que o chavismo não mais consegue mobilizar a esmagadora maioria das massas oprimidas em defesa de seu governo. A oposição não apenas superou em número os manifestantes chavistas, como conseguiu romper o cerco policial montado no acesso à capital.

Na base da impotência do governo Maduro para barrar a ofensiva crescente da oposição direitista se acham as tendências da crise capitalista mundial e seus reflexos no país. Diferentemente de Chávez, Maduro não conta a seu favor com o crescimento do comércio mundial e a alta dos preços internacionais do petróleo. De forma que o superávit resultante da renda petrolífera - que representa 90% dos ingressos de divisas no país - caiu drasticamente e já não pode servir ao nacional-reformismo e ao assistencialismo como meio de subordinação da maioria explorada à política burguesa. Progressivamente, o chavismo vem perdendo sua base de apoio social entre a classe operária e a população empobrecida. Há tempo que a classe média vem servindo à oposição antinacional e antipopular. A manifestação de 1º de setembro indicou que o governo Maduro não tem como contornar e esvaziar as forças da reação pró-imperialista.

A vitória eleitoral da oposição nas legislativas de 2015 recrudescerá as disputas interburguesas. Assinalou a possibilidade de remoção do governo pela via parlamentar. Nesse sentido, é fundamental o apoio crescente das massas. É o que acaba de expressar a portentosa mobilização opositora. A disciplina na hierarquia militar e policial tem sido a garantia do regime chavista. Mas nada indica que não possa ser rompida. Um sintoma nesse sentido é a advertência do Ministro de Defesa, Padrino López, a Maduro sobre a resistência de quadros médios das Forças Armadas em participar dos bloqueios policiais às colunas da oposição. Alertou que não seria bom realizar movimentos de tropas nos dias prévios à manifestação, porque existia o perigo de parte da oficialidade e da baixa patente de passarem para o lado dos opositoristas. O que obrigou o governo a fechar os caminhos da marcha da direita apenas com a Polícia Nacional Bolivariana (PNB).

Nicolás Maduro sente o chão fugir aos seus pés. No final da marcha governista, tentou pintar um quadro de “vitória” contra o “golpe da direita fascista”. A retórica tão-somente encobre a incapacidade do governo. Resta ao governo se valer de medidas de retaliação política. Pedirá a cassação do presidente da Assembleia Legislativa, Allup, e o fim da imunidade parlamentar para os deputados. Finalmente, emi-

tiu ordens de busca e apreensão de lideranças da oposição por estarem “implicados” no plano golpista, do qual consta o armamento de destacamentos com vistas a realizar o “golpe de Estado”. Ocorre que a massificação do apoio à oposição e as dissidências que começam a aparecer nas Forças Armadas dificultam um ataque de Maduro ao legislativo, que se ergueu como uma trincheira da oposição.

No golpe contra Chávez, em 2002, as Forças Armadas também se achavam fraturadas. Mas, as forças decisivas das tropas e da oficialidade estavam com Chávez, que contava com as massas dispostas a se mobilizar e enfrentar os golpistas nas ruas. Essas condições não mais existem. Desta vez, a oposição conta com o apoio “tácito” de parte das Forças Armadas, da esmagadora maioria da pequena burguesia e parcela significativa de setores dos oprimidos. O fato de várias etnias indígenas e do campesinato pobre se mobilizarem junto aos reacionários e pró-imperialistas demonstra até que ponto o chavismo foi incapaz de superar o atraso do país e foi impotente para solucionar os problemas dos oprimidos.

É preciso assinalar que a região atravessa profundos conflitos interburgueses. O desfecho golpista no Brasil, a ascensão eleitoral da direita na Argentina, o esgotamento do governo do MAS na Bolívia e o avanço da restauração capitalista em Cuba favorecem a ofensiva da oposição na Venezuela. Está se constituindo uma frente burguesa pró-imperialista. A incapacidade dos governos que se elevaram ao poder abraçados ao nacional-reformismo de tomar medidas contra o grande capital e a oligarquia latifundiária determinou seu fracasso. Sem que pudessem assumir a solução das tarefas democráticas próprias dos países semicoloniais, como a independência nacional, a revolução agrária e erradicação da miséria das massas, sucumbem diante da crise estrutural do capitalismo e dos interesses do imperialismo.

O proletariado e sua vanguarda venezuelanos estão diante de uma acirrada disputa interburguesa, que concluirá com a queda do governo de Nicolás Maduro e do regime nacional-reformista do chavismo. O que quer dizer que não está presente entre as massas a estratégia revolucionária. Esse é o problema fundamental a ser resolvido. Se a classe operária não assume a frente dos combates com seu programa e política, não será possível quebrar a ofensiva da direita pró-imperialista e se livrar do decomposto governo burguês chavista. A vanguarda deve compreender a fundo essa contradição histórica e se lançar ferreamente à construção do partido revolucionário. Certamente, essa tarefa cabe aos revolucionários que encarnem o marxismo-leninismo-trotskismo.

Colômbia**Assinado o “Acordo de Paz” Estado-FARCs**
Tirar as lições que permitam avançar a independência política do proletariado

Após quatro anos de negociações e 52 de guerra civil, no dia 28 de agosto, foi assinado um “acordo de paz” entre o Estado colombiano e as FARCs (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia). A guerrilha deporá as armas em um prazo de até 180 dias, sob a supervisão da ONU, abrindo assim o caminho a sua integração política nas instituições da burguesia.

Segundo Iván Márquez, chefe dos negociadores das FARC, começou o fim da “guerra com as armas e começa o debate de ideias”. A

passagem da luta armada à luta eleitoral e parlamentar será avaliada ainda na X Conferência das FARCs. Tudo indica que nela se aprovará a orientação da direção. De forma que a integração das FARCs no seio do Estado burguês se realizará sem a devida crítica sobre qual o programa e os métodos capazes de realizar os objetivos de libertação nacional, que levaram as FARCs a se lançar às armas. É provável que essa decisão ocorra, apesar da afirmação do próprio Márquez de que, com o “acordo de paz”, não foram atingidos os objetivos estratégicos

da guerrilha de mudanças na estrutura econômica e política do país.

Por sua vez, a burguesia não apenas poderá aproveitar recursos financeiros antes destinados às gastanças de guerra como também reforçará as posições de sua ditadura de classe ao utilizar a integração das FARC nas eleições e no parlamentarismo burguês, como uma via para demonstrar o fracasso das “utopias socialistas”. No entanto, a primeira dificuldade nesse percurso está em readequar as condições legais e jurídicas para assimilar a guerrilha na ordem política. Um primeiro passo foi dado com a aprovação pelo Senado (71 votos a favor e 21 contra) e pela Câmara de Deputados (127 favoráveis e 15 contrários) de convocação a uma “consulta popular” (plesbício), para finalmente a população aprovar ou rejeitar o “Acordo de Paz”.

As FARC se opuseram inicialmente ao plesbício e exigiram se convocasse uma Assembleia Constituinte. O governo rejeitou essa via. De forma que as FARC acabaram cedendo, mas exigindo, em troca, condições de proteção à integração dos guerrilheiros na vida política e civil, sem retaliações jurídicas e legais que inabilitassem permanentemente seus membros acusados de “crimes de guerra”. O governo não teve problema em aceitar formalmente parte dos termos propostos pelas FARC.

Assim se concedeu uma anistia geral para os membros das FARC que cometeram “delitos menores” (roubos, extorsões, etc.) e a atenuação de penas para delitos de tortura, assassinato, sequestro, etc. Por outro lado, o governo propôs subsidiar os ex-guerrilheiros com 90% do valor do salário mínimo nacional durante dois anos, visando a “auxiliar” sua progressiva integração à vida econômica. Garantiu-se também a formação do novo partido e sua participação nas eleições a partir de 2018. Finalmente, o Estado subsidiará o partido dos ex-guerrilheiros com verbas estatais até 2016 e assegurará-lhes cinco cadeiras no Congresso entre 2018 e 2022, mesmo se não conseguirem conquistá-las eleitoralmente.

Certamente, esse processo não está isento de contradições e entraves internos. O acordo terá de enfrentar ainda as movimentações das frações reacionárias da burguesia nacional e de camadas da população que exigem que os ex-guerrilheiros sejam banidos da política.

Essa perspectiva, longe de impor um triunfo dessa fração da burguesia, abriria caminho para uma crise interburguesa. Além de que se chocaria com os objetivos imperialistas de cimentar o acordo e assim garantir seus interesses de abrir a via da penetração das multinacionais na produção agroindustrial e petroleira, objetivando proteção jurídica e a “normalização” da situação de guerra civil. Nota-se que a penetração de multinacionais no país para a exploração de matérias primas constitui um ponto de atritos entre as diversas frações da burguesia semicolonial. O que, por sua vez, refletem no seio Estado e dividem as frações da burguesia nativa entre apoiadores do Acordo e seus detratores.

Tudo indica que a tendência geral é a de se impor a decisão do governo que melhor expressa os interesses imperialistas na situação. O que é favorecido pelo apoio social ao “processo de paz” por camadas das classes médias que foram convencidas de que a “integração” das FARC será benéfica para a economia.

O fim da guerrilha e a subordinação das FARC à democracia burguesa, porém, não suprime as bases materiais dos choques entre as classes no país. A Colômbia continua a ser o país de América Latina onde mais se desenvolvem as desigualdades sociais: 1% da população concentra mais de 20,5% da renda nacional, 28% se acha abaixo dos índices de pobreza e 6 milhões de pessoas não contam sequer com os mínimos direitos sociais. Parte significativa desses conflitos se concentra ainda ao redor da posse e propriedade da terra: entre 40% e 50% do campesinato não possuem propriedade da terra em que

trabalha; está submetido às perseguições e expulsões da gleba pelos latifundiários e pela burguesia narcotraficante.

Destaca-se fundamentalmente nesse cenário o avanço das lutas operárias. Em 2014 e 2015, massivas e radicalizadas greves nacionais colocaram setores do proletariado, dos assalariados, do campesinato e da juventude pobre em choque com o Estado e com as políticas econômicas de ajuste e de ataques às condições de vida das massas. A tendência de avanço nos métodos da luta de classes se chocou, no entanto, com o profundo atraso dos explorados em seu caminho à procura da independência política e organizativa. Situação essa que reflete e manifesta no país a crise de direção revolucionária mundial, evidentemente ajustada às particularidades nacionais.

Está claro que as FARC não expressavam uma via própria aos oprimidos para avançarem nos métodos próprios e na ação coletiva de massas. Eis por que a burguesia celebra a via “democrática” das FARC como uma confirmação da derrota histórica das teses da “violência revolucionária”. A burguesia e o imperialismo estão seguros de que um partido político que reúna os ex-guerrilheiros não arrastará amplas camadas da população mais pobre por trás de um programa nacional-reformista. Mas o fundamental é que as FARC somente poderão se dissolver em um partido reformista, que servirá de instrumento das ilusões democrático-burguesas. Lembremos que nas últimas eleições a metade do padrão eleitoral se absteve de votar. De forma que o surgimento de um novo partido à esquerda dos partidos da ordem burguesa pode ajudar a atrair parcela dessa população às urnas.

Observa-se que o desarmamento e desmobilização das FARC, assim como sua progressiva integração à democracia burguesa semicolonial, assinalam que a luta das massas pelas suas reivindicações terá ainda de atravessar as fases de assimilação crítica da experiência foquista. Não desconhecemos, porém, que a derrota da via da “guerra popular prolongada” das FARC trata apenas da derrota da via pequena burguesa que tem no campesinato a classe revolucionária por onde se começaria a revolução armada. Não por acaso, as FARC surgiram do desencanto com o Partido Comunista Colombiano estalinizado e atado às ilusões sobre a existência de uma burguesia nacional progressista e revolucionária. Os guerrilheiros se refugiaram na mata e abandonaram o trabalho de organização da classe operária. A vanguarda do proletariado colombiano terá por isso de assimilar suas lições e recuperar as tradições e os métodos da luta revolucionários pela conquista do poder político. É por essa via que se desenvolverá a luta do campesinato contra a burguesia latifundiária.

O esgotamento das experiências da guerrilha desvinculada da luta pelo desenvolvimento do proletariado como classe independente coloca à luz do dia a necessidade dos explorados rechaçarem a constituição de um mais um partido da ordem capitalista e se colocarem pela construção do partido marxista-leninista-trotskyista. De forma que se trata da vanguarda avançar o reagrupamento das forças revolucionárias, sob o programa da revolução e ditadura proletárias. Sem se avançar na tarefa de construir o partido marxista-leninista-trotskyista, a luta da maioria explorada e oprimida não sairá dos limites do capitalismo.

É preciso assinalar que o desmantelamento das FARC e sua transformação em um partido pequeno-burguês democratizante é um reflexo da profunda crise de direção. Tem a ver com o avanço da restauração capitalista na ex-União Soviética e em particular em Cuba. Não por acaso os Castros serviram de intermediários ao processo de desmonte das FARC. Seria extremamente positivo se parte dos ex-combatentes das FARC se dirigisse ao proletariado, realizasse um severo balanço crítico e autocrítico e se colocasse por construir o partido leninista.

Argentina

O jornal La Nación comanda o presidente

O editorial do jornal La Nación de 26 de julho exige ir a fundo contra as condições trabalhistas: “Uma mudança indispensável nas relações de trabalho”. “As normas que regulam as relações de trabalho devem proteger a quem trabalha, mas ao mesmo tempo, não podem desestimular os investimentos e a produtividade”. Todas as citações deste artigo foram tomadas desse editorial.

O jornal afirma: *O aumento do emprego privado e a melhoria da competitividade ... não se pode conseguir sem uma reforma do modelo vigente de relações trabalhistas ... modificações legais e estruturais, tanto nas regras de alcance individual sobre o trabalhador, como as que afetam os contratos coletivos. O país está ... diante de um enorme desafio e a oportunidade de uma profunda transformação. A reforma trabalhista é, certamente, um dos pilares da mudança estrutural que pode levar a Argentina ao primeiro mundo que nunca deveria ter abandonado.*

... toda imposição ou carga sobre o salário induz à substituição da força de trabalho por capital, afetando o nível do emprego ... qualquer incremento de impostos e cargas sobre o trabalho reduz a demanda de emprego e afeta o salário no bolso”.

Pretendem a destruição dos sindicatos

O jornal La Nación continua dizendo: “Um aspecto substantivo de uma reforma trabalhista é que a negociação de salários e condições de trabalho leve em consideração a produtividade e os limites e possibilidades de cada empresa ... ainda que tenham interesses distintos, estejam alinhados na busca do êxito da empresa a que pertencem. Nesse sentido, deveriam privilegiar-se os acordos trabalhistas de nível inferior (empresa ou setor geográfico) acima dos acordos coletivos ou paritários em nível de setor de atividade. Somente um acordo de salários e condições de trabalho em nível de empresa, com suas próprias vantagens e dificuldades, garante a convergência de interesses entre o empresário e seus empregados e trabalhadores. Seja como for, o acordo deveria ser coletivo e não individual. O caráter coletivo abarca o conjunto dos trabalhadores da empresa, seja qual for seu ofício ou especialidade. De fato, deve evitar-se a atomização sindical na empresa, ... A negociação descentralizada deve ser um estímulo para a reformulação do modelo de relações trabalhistas. A capacidade de negociação dos trabalhadores sempre fica garantida com o direito de greve”.

- O primeiro ponto do qual tem que partir a negociação salarial é que o salário atinja, no mínimo, o custo da cesta básica familiar, esse é o preço da força de trabalho, isso é o que vale. Não pode ficar condicionado ao que a empresa considera como possível. Não pode estar condicionado aos ritmos de trabalho, métodos, horários, que incrementam a exploração dos trabalhadores.
- Privilegiar os acordos de nível inferior acima dos acordos coletivos por setor significa destruir os sindicatos, reduzindo-os ao nível de cada empresa. Precisamente o sindicato por ramo de atividade tem como objetivo a unidade de todas as fábricas, e dessa forma, que as fábricas maiores, mais organizadas, mais fortes, imponham as melhores condições para todo o setor, ajudando às mais fracas a alcançar as mesmas conquistas. Esta reforma que propõem implica



Protesto – dezenas de milhares de pessoas realizaram uma passeata no último dia 2 até a Praça de Maio, em frente à sede do governo, para protestar contra as medidas tomadas pelo governo de Mauricio Macri, que encontrou uma forte resistência social aos seus planos econômicos.

A partir de cinco regiões da capital, manifestantes percorreram pontes e avenidas de Buenos Aires para exigir mais empregos e a reversão do aumento das tarifas de serviços públicos ditado por Macri, com o qual procura “equilibrar” as contas públicas (leia-se sustentar o parasitismo financeiro).

A manifestação foi convocada por sindicatos peronistas e oficialistas, apontando para a possibilidade de uma greve geral no país.

liquidar com as negociações paritárias por sindicato. “Coletivo” quer dizer de todos os trabalhadores, de todas as empresas do setor. Trapaceiam quando designam como “coletivo” as escalas salariais dentro de cada empresa, sacaneiam também quando afirmam que o trabalhador sempre tem garantido o direito de greve, porque esse direito fica restrito a cada estabelecimento. A força da classe operária se multiplica quando atua de conjunto na atividade e de todas as atividades contra os patrões. A burguesia como classe explora a toda a classe operária e não fábrica por fábrica.

Querem legalizar a precarização total do trabalho

“A forma de incentivar e facilitar a demanda de trabalho é flexibilizar e facilitar a contratação e que ao mesmo tempo se garanta que não se produzam contingências imprevisíveis e desproporcionais. O período de experiência, o contrato de prazo fixo flexível e outras formas de contratação modulares são instrumentos eficazes de promoção do emprego e redução de custos trabalhistas. Isto não impede que se incentive a continuidade do contrato de trabalho. Também há que se levar em conta que os novos processos e o avanço das tecnologias tornam necessária a multifuncionalidade, a polivalência funcional e a jornada variável ou flexível.”

Deve premiar-se quem produza novas oportunidades de emprego, por exemplo, com a redução ou adiamento de custos sociais quando se criam novos postos de trabalho e quando se empreguem pessoa com deficiências e dificuldades para se reinserir”.

- Isto é, com todas as palavras, a precarização completa do trabalho. Liquidar a estabilidade laboral, acabar com a lei do contrato de trabalho. Todo trabalhador ficará fazendo bicos na espera de ser convocado por alguma empresa para trabalhar por tantos dias de tantas horas. Fica claro que o objetivo é reduzir o custo trabalhista: que os trabalhadores recebam o menos possível. O projeto de lei de promoção do emprego jovem apresentado pelo poder executivo, o convênio assinado com a McDonald's para a contratação de jovens desempregados estão postos nesta perspectiva.
- Os “novos processos” e a “nova tecnologia” devem servir para que os trabalhadores trabalhem menos, trabalhem melhor, nunca para reduzir postos de trabalho. Os trabalhadores mais jovens e aqueles que ocupam os níveis menos qualificados devem ser instruídos, treinados, à custa dos patrões e do estado, nos processos mais complexos para poder rodiziar nas diversas funções e melhorar sua capacidade laboral.
- Defendemos incondicionalmente os postos de trabalho e lutamos por trabalho para todos, distribuindo o trabalho entre todos os trabalhadores para acabar com o desemprego.
- Os encargos sociais não devem ser reduzidos. Trata-se de “salário adiado”, que garante a aposentadoria dos trabalhadores e o sistema de saúde, que devem ser garantidos pelos capitalistas.
Seu objetivo é acabar com a indenização, que a paguemos os próprios trabalhadores.

Querem impor a plena liberdade de demitir sem custo para as empresas

Assimilar os fundamentos do “Que Fazer?”

No jornal Massas, nº 526, expusemos a distinção entre o secretário de “tradeunions” (dirigente sindical) e o “tribuno popular”. Agora, exporemos alguns aspectos da concepção leninista do partido.

Lembremos que Lênin tomou por base de sua exposição a crítica aos espontaneístas, que concluíram como tradeunionistas. Desta crítica ao fundamento programático e político, derivou-se a diferenciação entre a concepção marxista e a antimarxista do partido.

Lênin considerou imprescindível que a socialdemocracia se transformasse em uma “organização centralizada destinada a toda a Rússia”, “uma organização que reúna em um só impulso comum todas as manifestações de oposição política, de protesto e de indignação”. Os espontaneístas, ao contrário, lutavam por conservar a socialdemocracia como uma organização formada de círculos independentes, dispersos e, portanto, descentralizada. Lênin os acusava de terem uma visão estreita não só das tarefas políticas como também daquelas que se referiam à organização partidária. A organização centralizada e de alcance nacional seria constituída “por revolucionários profissionais e dirigida por verdadeiros líderes políticos de todo o povo”.

O conceito de organização centralizada e constituída por revolucionários profissionais foi extraído das condições concretas do desenvolvimento da socialdemocracia na Rússia. Embora marcado por essa particularidade, estabelecia as bases teóricas mais avançadas do marxismo sobre o partido revolucionário. O revolucionário profissional é concebido em oposição à militância submetida à organização que vai



“A indenização por demissão deveria substituir-se por um sistema contributivo que ampare o trabalhador do desemprego. Isto seria conveniente tanto para o empregador quanto para o trabalhador, garantiria um regime eficaz de amparo ao desemprego e, ao mesmo tempo, estabeleceria custos previsíveis para as empresas. Deveria ser criado um fundo com contribuições do trabalhador e o patrão. Os administradores destes fundos poderiam ser entes autônomos criados para essa finalidade. Este fundo seria individual e de propriedade do trabalhador. Em caso de não o usar, poderia se transformar numa renda vitalícia na hora da sua aposentadoria”.

- O que na verdade querem os empresários e se livrar da obrigação de pagar a indenização para demitir sem custo econômico e que o próprio trabalhador arque com o seguro desemprego.

Impedir esta nova reforma está exclusivamente nas mãos dos trabalhadores, com seus próprios métodos de luta. A chamada “lei anti-demissões” mostrou a inutilidade do Congresso e suas leis que podem ser apagadas numa penada. A defesa das conquistas laborais será uma grande batalha. Os capitalistas vêm brigando por isso faz décadas, sob ditaduras militares ou civis para liquidar as condições de trabalho.

Da burocracia sindical não se pode esperar mais que traições. Mesmo que estas reformas também a afetem, privilegiam suas relações com o governo e com os patrões, preservam seus privilégios e temem que a classe se ponha em movimento. Quando os trabalhadores entrem em ação tentarão se pôr à frente para impedir que qualquer setor, fora do seu controle, apareça dirigindo. A classe operária deve arrancar todos estes elementos de cima dela, independizar-se e recuperar os sindicatos e a CGT.

se formando espontaneamente e de acordo com o trabalho primitivo e artesanal. Está aí por que Lênin analisa cuidadosamente as limitações dos “métodos primitivos de trabalho”, que expressava justamente a militância espontânea e artesanal. É de especial importância a descrição que faz sobre o funcionamento dos círculos socialdemocratas entre 1894 e 1901.

É baseado na experiência da militância dispersa, voluntarista e carente de um plano comum de ação que Lênin estabelece a base do partido centralizado, formado por revolucionários profissionais e munido do método científico de ação. Somente assim é possível dirigir o proletariado e as massas contra o poder dos exploradores. A ideia mais elementar era de que não se pode vencer uma guerra sem que esteja armado.

A atividade crescente das massas e o agravamento da luta de classes já não permitiam conservar as formas do espontaneísmo, a organização pulverizada e os métodos artesanais. Diz Lênin: “Nos círculos dispersos, os revolucionários dispersos não estão unidos, não estão agrupados, não constituem uma organização única, forte e disciplinada, com partes metodicamente desenvolvidas”.

O oposto da dispersão é a disciplina revolucionária. Sem ela não há centralização. Essas condições implicam que o partido do proletariado resulte de uma “seleção rigorosa de seus membros”. Há uma relação intrínseca entre a centralização, a disciplina, a seleção, o revolucionário profissional e o método científico do trabalho político no seio das massas.